



## **DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

### **Prefeitura Municipal de Nova Ramada**

#### **Prefeito**

Hardi Milton Eickhoff

#### **Vice-Prefeito**

Nelson Dallabrida

### **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo**

#### **Secretária Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo**

Adriane Rubert

### **Presidente do Conselho Municipal de Educação**

Taciane Uhde Dalsasso

### **Equipe Técnica de Elaboração/Reelaboração do Plano Municipal de Educação - Portaria nº 208/2014**

Adriane Rubert

Dulci Riewe Uhde

Nelci Côrtes Bona

Taciane Denise Uhde Dalsasso

### **Comissões de Estudo e Elaboração do PME**

#### **Comissão de Educação Infantil**

Dulci Riewe Uhde - Presidente

Taciane Denise Uhde Dalsasso – Secretária

Silvana Cristina Gonçalves Guarda Lara de Lima

Catia Montagner Tovo

Clari Stela Sievers

Mara Denise Biancon Uhde

Marga Côrtes Bueno

#### **Comissão de Ensino Fundamental**

Eder Luiz Dallabrida – Presidente

Araci Dalsasso – Secretária

Clóvis Alberto Patz

Loreci Antonia Thomásio

Luciane Thomásio

Mauro Alencar de Marchi

Mauro Roberto Boehm

**Comissão Ensino Médio**

Nelci Cortes Bona - Presidente

Darcy Dallabrida – Secretário

Terezinha Steurer

Waldi Orlando Rehfeld

**Comissão de Educação Especial/EJA/Educação Profissional:**

Márci Rosane Studt– Presidente

Gerson Eberhart – Secretário

Jocelina Cecília Lima

Lori Isolde Seifert – Secretária

Elenice Gilvani Bordignon Francesconi

Marlize Denize Zounar Knebel

**Comissão Ensino Superior**

Adriane Rubert - Presidente

Dulci Riewe Uhde - Secretária

Marlize Denize Zounar Knebel

**Comissão de Profissionais da Educação**

Neide Terezinha Steurer Uhde – Presidente

Fernanda dos Santos Bandeira – Secretária

Silvani Koller Dallabrida

Adriane Rubert

Neuza Clara Steurer Boehm

**Comissão Gestão/Financiamento**

Neidi Denice Bandeira –Presidente

Lurdes Francesconi Deutner – Secretária

Amilton Dalsasso

Elio Batista

Buana Räder da Silva

SUMÁRIO

	<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>07</b>
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>2</b>	<b>UM POUCO DA HISTÓRIA DE NOVA RAMADA.....</b>	<b>12</b>
<b>3</b>	<b>SITUAÇÃO GEOGRÁFICA, DEMOGRÁFICA E SÓCIO-ECONÔMICO .....</b>	<b>13</b>
<b>4</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO .....</b>	<b>17</b>
<b>5</b>	<b>EDUCAÇÃO BÁSICA.....</b>	<b>23</b>
<b>5.1</b>	<b>NÍVEIS DE ENSINO .....</b>	<b>23</b>
<b>5.1.1</b>	<b>EDUCAÇÃO INFANTIL .....</b>	<b>23</b>
	a) Diagnóstico .....	23
	b)Diretrizes.....	25
	c) Meta e Estratégias.....	28
<b>5.1.2</b>	<b>ENSINO FUNDAMENTAL.....</b>	<b>29</b>
	a) Diagnóstico .....	29
	b) Diretrizes.....	35
	c) Metas e Estratégias.....	36
<b>5.1.3</b>	<b>ENSINO MÉDIO.....</b>	<b>42</b>
	a) Diagnóstico .....	42
	b) Metas e Estratégias.....	44
<b>6</b>	<b>MODALIDADES DE ENSINO.....</b>	<b>49</b>
<b>6.1</b>	<b>EDUCAÇÃO ESPECIAL.....</b>	<b>49</b>
	a) Diagnóstico .....	49
	b) Diretrizes.....	54
	c) Metas e Estratégias.....	54
<b>6.2</b>	<b>EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....</b>	<b>57</b>
	a) Diagnóstico .....	57
	b) Diretrizes.....	59
	c) Metas e Estratégias.....	59
<b>6.3</b>	<b>EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....</b>	<b>61</b>
	a) Diagnóstico .....	61
	b) Metas e Estratégias.....	62
<b>7</b>	<b>ENSINO SUPERIOR.....</b>	<b>63</b>
	a) Diagnóstico .....	63
	b) Metas e Estratégias.....	64
<b>8</b>	<b>PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....</b>	<b>66</b>
	a) Diagnóstico .....	66
	b) Metas e Estratégias.....	69
<b>9</b>	<b>FINANCIAMENTO E GESTÃO.....</b>	<b>72</b>
	a) Diagnóstico.....	72
	b) Metas e Estratégias.....	79
<b>10</b>	<b>ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO.....</b>	<b>83</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>85</b>

## ÍNDICE DAS TABELAS E GRÁFICOS

### Tabelas

<b>Tabela 1</b> – Expectativa de Vida .....	14
<b>Tabela 2</b> – Estabelecimentos Rurais em Nova Ramada.....	14
<b>Tabela 3</b> – Empresas em Nova Ramada.....	14
<b>Tabela 4</b> – População Total 1997 a 2014 .....	14
<b>Tabela 5</b> – Nascimentos e Óbitos 1997 a 2015 .....	15
<b>Tabela 6</b> - Escolas Desativadas e Extintas.....	17
<b>Tabela 7</b> - Matrículas 1997 e 1998 .....	20
<b>Tabela 8</b> - Matrículas 1999 a 2002 .....	20
<b>Tabela 9</b> - Matrículas 2003 a 2005 .....	21
<b>Tabela 10</b> – Matrículas 2006 a 2008 .....	21
<b>Tabela 11</b> – Matrículas 2009 a 2011.....	21
<b>Tabela 12</b> – Matrículas 2012 a 2014.....	21
<b>Tabela 13</b> – Resumo de Matrículas 1997 a 2014.....	21
<b>Tabela 14</b> – Número de matrículas por turmas do Ens.Fund. na E.M.E.F. Dom Pedro I.....	30
<b>Tabela 15</b> – Número de aprovação por turmas do Ens. Fund. na E.M.E.F.Dom Pedro I .....	31
<b>Tabela 16</b> – Número de reprovação por turmas do Ens.Fund. na E.M.E.F. Dom PedroI.....	31
<b>Tabela 17</b> – Número de evasão por turmas do Ens.Fund. na E.M.E.F. Dom Pedro I.....	32
<b>Tabela 18</b> - Número de matrículas por turmas do Ens. Fund. na E.E.E.M. Dr. Roberto Löw.....	33
<b>Tabela 19</b> - Número de aprovação por turmas do Ens. Fund. na E.E.E.M. Dr. Roberto Löw.....	33
<b>Tabela 20</b> - Número de reprovação por turmas do Ens. Fund. na E.E.E.M. Dr. Roberto Löw.....	34
<b>Tabela 21</b> - Número de evasão por turmas do Ens. Fund. na E.E.E.M. Dr. Roberto Löw.....	34
<b>Tabela 22</b> – IDEB e metas projetadas para rede municipal de ensino em Nova Ramada.....	34
<b>Tabela 23</b> – Metas nacionais projetadas para o IDEB .....	35
<b>Tabela 24</b> - Número de matrículas por turmas do Ens. Médio na E.E.E.M. Dr. Roberto Löw.....	43
<b>Tabela 25</b> - Número de aprovação por turmas do Ens. Médio na E.E.E.M. Dr. Roberto Löw.....	43
<b>Tabela 26</b> - Número de reprovação por turmas do Ens. Médio na E.E.E.M. Dr. Roberto Löw.....	44
<b>Tabela 27</b> - Número de evasão por turmas do Ens. Médio na E.E.E.M. Dr. Roberto Löw.....	44
<b>Tabela 28</b> – Matrícula na Educação Especial no Município de Nova Ramada.....	51
<b>Tabela 29</b> – Taxa de Analfabetismo no Município de Nova Ramada.....	58
<b>Tabela 30</b> – Total de Analfabetos no Município de Nova Ramada.....	58
<b>Tabela 31</b> – Percentual da População com Ensino Superior Completo em Nova Ramada.....	64

<b>Tabela 32</b> – Profissionais da Educação, conforme Dependências Administrativas.....	67
<b>Tabela 33</b> - Funções Docentes: Distribuição na Rede Mun. de Ensino por Nível de Formação....	68
<b>Tabela 34</b> - Formação da Direção e Vice-direção da Escola da Rede Municipal.....	68
<b>Tabela 35</b> – Formação das Pedagogas da Escola da Rede Municipal.....	68
<b>Tabela 36</b> – Quadro de Provimento Efetivo com seus Coeficientes .....	68
<b>Tabela 37</b> – Quadro das Funções Gratificadas e seus Coeficientes .....	69
<b>Tabela 38</b> – Indicadores de Investimentos em Educação no Município de Nova Ramada.....	77
<b>Tabela 39</b> – Indicadores de Gasto por Aluno.....	77
<b>Tabela 40</b> – Histórico da Estimativa do PIB no Brasil.....	78

### **Gráficos**

<b>Gráfico 1</b> - Atendimento de Crianças na Educação Infantil - 2003 a 2007 .....	24
<b>Gráfico 2</b> - Atendimento de Crianças na Educação Infantil - 2008 a 2014 .....	25
<b>Gráfico 2</b> - Estimativa de Crianças a serem atendidas na Educação Infantil em 2015.....	25
<b>Gráfico 3</b> - Percentual de Pessoas conforme as diferentes Necessidades Especiais .....	51
<b>Gráfico 4</b> – Faixa Etária das Pessoas com Necessidades Especiais .....	53

## LISTA DE SIGLAS

**ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas  
**AEE** – Atendimento Educacional especializado  
**APAE** – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
**CAIS** – Centro de Atendimento Integral aos Surdos  
**CAQ** – Custo Aluno Qualidade  
**CNE** - Conselho Nacional de Educação  
**CRAS** – Centro de Referência e Assistência Social  
**CTG** – Centro de Tradições Gaúchas  
**ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente  
**EJA** – Educação de Jovens e Adultos  
**ENCCEJA** - O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos  
**ENEM** – Exame Nacional de Ensino Médio  
**FNDE** - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
**FUNDEB** - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação  
**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**ICTs** – Comissão Eletrotécnica Internacional  
**IDEB** – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
**IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano  
**IES** – Instituição de Ensino Superior  
**INEP** – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais  
**LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação  
**LIBRAS** - Língua Brasileira de Sinais  
**MDE** – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino  
**MEC** – Ministério da Educação  
**PIB** – Produto Interno Bruto  
**PME** – Plano Municipal de Educação  
**PNE** – Plano Nacional de Educação  
**PNEE** – Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais  
**PPP** – Projeto Político Pedagógico  
**SEASA** – Sociedade Educacional e Assistencial de Ajuricaba  
**SMECDT** - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo

## APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Educação de Nova Ramada – PME para o decênio 2015–2025, documento ora apresentado, constitui-se em um planejamento de longo prazo, que abrange um conjunto de medidas para aperfeiçoar a gestão democrática, o financiamento da educação, a atualização do currículo, a valorização dos profissionais do magistério, entre outros, contendo metas e estratégias voltadas para a universalização, democratização da educação e oferta de uma educação de qualidade social, pautada nos valores humanos, na inclusão, igualdade, diversidade e promoção da justiça social.

A construção do PME, em cumprimento à Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, é resultado de um processo de construção coletiva. Ressalta-se que as metas e estratégias apontam para perspectivas transformadoras e emancipatórias para a educação de Nova Ramada, sendo delineadas com base na legislação educacional e na realidade municipal por meio de um mapeamento da situação socioeconômica, demográfica e, principalmente, educacional, assim como na identificação de problemas, dificuldades e avanços alcançados.

A elaboração do Plano Municipal de Educação - PME contou com a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, articulando todos os entes envolvidos na educação do município de Nova Ramada. Em novembro de 2014, profissionais da educação e servidores municipais ligados a área da educação participaram de encontros de formação promovidos pela 36ª Coordenadoria Regional de Educação, bem como pela UNCME - União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação. Em dezembro de 2014, com a portaria nº 208/2014, foi instituída a Equipe Técnica de elaboração/reelaboração do Plano Municipal de Educação. Na sequência, em 09 de dezembro, ocorreu uma reunião com membros do Fórum Municipal de Educação. Neste encontro foi elaborado um cronograma de ações para a construção/elaboração do novo PME. Em fevereiro de 2015, foram constituídas as comissões temáticas para a elaboração do documento base, sendo elas: Comissão de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Especial/Educação de Jovens e Adultos/Educação Profissional, Ensino Superior, Profissionais da Educação e Gestão/Financiamento. A partir daí, com o auxílio da equipe técnica na elaboração do diagnóstico, as comissões tiveram encontros de estudos para elaborar as metas e estratégias. No dia 20 de maio de 2015, junto a Câmara de Vereadores, ocorreu a Conferência Municipal de Educação, momento em que todas as comissões e equipe técnica, dispostos a contribuir para a melhoria da educação brasileira e na projeção de metas e estratégias para compor o PME de



Nova Ramada, apresentaram o documento base, que foi colocado em votação e aprovado por todos os presentes na Conferência Municipal de Educação.

## 1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 determina que os planos de educação se tornem leis com caráter autônomo, a partir do art. 214 que prevê: a) erradicação do analfabetismo; b) universalização do atendimento escolar; c) melhoria da qualidade de ensino; d) formação para o trabalho; e) promoção humanística, científica e tecnológica, seguindo também as diretrizes e bases da educação estabelecidas na LDB 9394/1996. Este documento, plano, traz o diagnóstico da realidade educacional municipal em todos os seus níveis e modalidades.

A educação vem sofrendo transformações importantes e necessárias. Por isso, a escola precisa trabalhar de modo interativo, com outras instituições sociais para assim poder cumprir seu papel social de construção e democracia do conhecimento. O espaço e o tempo da escola, ao expressarem situações mobilizadoras, trazem para a criança e para o jovem a oportunidade de se relacionar com o mundo, em um sentido geral e também em relação com esses mundos particulares (meio, espaços), nos quais a criança vive e aprende.

O desafio posto hoje, para a escola, é conjugar o aprender e o aprender a viver como duas realidades que se encontram e se fundem constantemente ao longo de todo o processo educativo. Isso porque o conhecimento é global, tem muitas dimensões e não se aprende tendo como referência uma única perspectiva. Daí ser fundamental considerar-se em todo o processo, a prática social dos sujeitos nele envolvidos, pois não é possível conceber o processo de ensino/aprendizagem apenas como uma atividade intelectual. Aprende-se participando, vivenciando sentimentos, tomando atitudes diante dos fatos, escolhendo procedimentos para atingir determinados objetivos. Ensina-se não só pelas respostas dadas, mas principalmente pelas experiências proporcionadas, pelos problemas criados, pela ação desencadeada.

Contemplamos neste Plano Municipal de Educação, a partir de uma análise geral, o estudo demográfico, geográfico e sócio-econômico do Município de Nova Ramada, o histórico do mesmo, bem como os objetivos e prioridades de cada setor. Estes levantamentos se fazem necessários para conseguirmos uma melhoria na qualidade da educação, a inclusão social e a construção de uma cultura de paz. Entendemos que o ensino é indispensável para assegurar à população brasileira e a do nosso município o acesso pleno à cidadania e a inserção nas atividades produtivas que permita a elevação constante do nível de vida.

Na educação, o foco, além de ensinar, é ajudar a integrar ensino a vida, conhecimento e ética, reflexão e ação, a ter uma visão de totalidade. Para se ter um ensino de qualidade é necessário ter:

- Organização inovadora, aberta e dinâmica e Projeto Pedagógico Participativo;
- Docentes bem preparados intelectual, emocional e eticamente, bem remunerados, motivados e com boas condições profissionais;
- Relação efetiva entre professores e alunos que permita conhecê-los, acompanhá-los e orientá-los;
- Infraestrutura adequada, atualizada e confortável, tecnologias acessíveis, rápidas e renovadas;
- Alunos motivados, preparados intelectual e emocionalmente, com capacidade de gerenciamento pessoal e grupal.

Para que se concretize uma educação de qualidade, se faz necessário estabelecer um diálogo permanente e aberto com a comunidade e principalmente com os agentes educacionais de nosso município. Além da infraestrutura necessária para propiciar as melhores condições de trabalho pedagógico, é importante destacar os propósitos de ensino e a forma de gestão escolar que perpassa todas as instâncias da comunidade escolar. Considera-se também no Plano Municipal de Educação valorizar cada vez mais a integração entre escolas do município, seja ela municipal ou estadual, numa perspectiva que forme e transforme o cidadão para uma nova visão de mundo, calcadas nos princípios éticos de autonomia, responsabilidade, solidariedade, no exercício da criticidade, no cumprimento dos direitos e deveres de cada cidadão.

## **2 UM POUCO DA HISTÓRIA DE NOVA RAMADA**

### **“A Terra do Combate da Ramada”**

Nova Ramada foi emancipada em 28 de dezembro de 1995, quando o governador Antonio Britto assinou a Lei de Emancipação nº 10.652, sendo que a instalação oficial do Município aconteceu em 01 de janeiro de 1997, com uma população de 2.866 habitantes e a área de aproximadamente 254,9 km².

O nome “NOVA RAMADA” surgiu do acordo entre os distritos de Barro Preto e Pinhal, hoje os maiores núcleos habitacionais, tendo por base histórias reais do novo município, que desde a década de 1920 girava em torno da palavra RAMADA, que significa “cobertura ou sombreamento por folhagens verdes, onde a população se encontrava para realizar festejos populares”. Nova Ramada é um município essencialmente interiorano. Além dos bairros Pinhal e Barro Preto, também fazem parte do município as localidades de: Assis Brasil, Esquina Bom Sucesso, Esquina Umbú, Formigueiro, Macieira, Madeireira, Monte Alvão, Passo da Cachoeira, Pranchada, Primeiro de Maio, Rincão dos Paiva, Rincão dos Woiciechowski e Timbosal.

Na área emancipada moravam, antes de 1900, os índios kaingangues e guaranis. Houve um leve período de ocupação pelos portugueses e afros, mas logo entre 1904 e 1910, chegaram os primeiros colonos europeus, oriundos das velhas colônias de imigração alemãs e italianas e também diretamente da Europa, sendo que a língua alemã ainda é bastante falada em nosso município, o que mantém um pouco das nossas raízes.

Um fato marcante para o município foi a Coluna Prestes, um movimento político-militar de origem tenentista, que entre 1925 e 1927 se estendeu pelo interior do país pregando reformas políticas e sociais e combatendo então o presidente Arthur Bernardes e posteriormente Washington Luís. Foi um dos confrontos mais sangrentos e reconhecidos da história da revolução, que deixou um saldo aproximado de 70 mortos. A grande batalha "O Combate da Ramada", confronto entre a “Coluna Prestes e as forças legalistas do governo”, ocorreu no dia 03 de janeiro de 1925, nas proximidades de Esquina Umbú. No local em que houve o combate, a 12 km da sede municipal, encontra-se hoje, como marco histórico, o Túmulo dos Combatentes da Ramada, sendo considerado um ponto turístico da região.

Além dos fatos históricos que fazem do município um local atrativo, as localidades do interior possuem belas paisagens e cachoeiras que podem ser apreciadas pelos visitantes.

A construção do centro administrativo também se tornou um fato curioso, pois o mesmo não foi construído nas vilas existentes, hoje bairros, mas sim, em um local que havia apenas lavoura, se distanciando 2 km do bairro Pinhal e 2 km do bairro Barro Preto, visando o crescimento e desenvolvimento da cidade, para futuramente interligar os dois bairros com o centro.

O município comemora seu aniversário no dia 28 de dezembro, feriado municipal. Além deste feriado, temos outras três datas consideradas feriados municipais, as quais são: sexta-feira da Paixão, Corpus Christi e 25 de Julho, na qual se comemora o Dia do Colono e Motorista.

### **3 SITUAÇÃO GEOGRÁFICA, DEMOGRÁFICA E SÓCIO-ECONÔMICA.**

O município de Nova Ramada possui, atualmente, uma população de 2.453 habitantes (estimativa IBGE 2014), sendo que o eleitorado é de 2126 eleitores e a densidade populacional de 09,57 hab/km<sup>2</sup>. Localiza-se na Microrregião Noroeste Colonial/Rota do Yucumã, situado no extremo sul do Brasil, entre as coordenadas 28.1° de latitude Sul e 53.7° de longitude Oeste de Greenwich. Pertencente a microrregião fisiográfica do Planalto Médio, o município possui atualmente uma área de 254,9 km<sup>2</sup>, com relevo bastante homogêneo e considerado levemente ondulado.

Localizado aproximadamente a 480 km da capital do Estado, o município de Nova Ramada possui acesso rodoviário pela RS 155 e RS 514. Delimita-se ao Norte com os municípios de Santo Augusto e Palmeira das Missões, ao Sul com os municípios de Ajuricaba e Ijuí, a Leste com Condor e ao Oeste com Chiapetta e Ijuí.

O município é formado por solos dos tipos Latossolo Vermelho Distroférico (Santo Ângelo) e Neossolo Litólico Eutrófico Chernossólio (Charrua), sendo que 88% do solo são de ótima qualidade para a agricultura e 12% apresenta algum tipo de limitação para o cultivo regular e intensivo. Além disso, o município é muito rico em pequenos cursos de água, como riachos, arroios e córregos, além de uma infinidade de nascentes.

A altitude do Município é de 420 a 563m acima do mar e o regime pluviométrico é de 1.733 mm/ano. O clima é Subtropical úmido, com chuvas relativamente bem distribuídas durante o ano. A temperatura média anual fica entre 14°C e 20°C, sendo a média do mês mais quente superior a 22°C, e as temperaturas mínimas absolutas já atingiram 8,5° abaixo de zero.

A cultura em Nova Ramada mantém-se e é incentivada através de sociedades culturais, biblioteca pública, museu, CTG e Festivais, que visam despertar às crianças e jovens do nosso município a conservar as tradições culturais mantidas pelas demais gerações e a buscar aperfeiçoar, desenvolver e fortalecer a cultura dos munícipes.

A população de Nova Ramada tem uma boa qualidade de vida, onde a maioria tem condições sociais adequadas e vivem num ambiente tranquilo e saudável. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo dados do IBGE (2010) é de 0.742 e a expectativa de vida da população, segue a tabela abaixo:

Tabela 1 - Expectativa de Vida

Ano	Homens	Mulheres
1997	66,7	74,6
2001	68,1	75,4
2006	69,6	76,2
2011	71,0	77,0
2014	73,01	82.03

Fonte: Secretaria da Saúde e Assistência Social de Nova Ramada

A economia municipal baseia-se na produção primária, a qual é dedicada à produção de grãos como: soja, trigo, milho, feijão, aveias, cevada, linhaça e outros; a pecuária leiteira e de corte também se destacam, bem como a piscicultura e suinocultura. Ainda há carência na oferta de emprego à população, pois não há indústrias ou um comércio forte, que gere empregos e assim, mantenham a população que está em busca de trabalho no município. Abaixo temos um demonstrativo do número de empresas e estabelecimentos rurais em Nova Ramada.

Tabela 2 – Estabelecimentos Rurais em Nova Ramada

Data	Nº de estabelecimentos rurais
11/05/2015	1.228

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do RS/Sitrango

Tabela 3 – Empresas em Nova Ramada

Ano	Nº de empresas optantes pelo Simples Nacional	Nº de Microempreendedores Individuais
2011	32	1
2012	39	5
2013	44	8
2014	48	16

Fonte: Receita Federal/Ministério da Fazenda/SEBRAE/NIT

Analisando a tabela abaixo se percebe a diminuição de 14,4% da população desde a emancipação de Nova Ramada em 1997, até o ano de 2014.

Tabela 4 – População Total 1997 a 2014

Anos	População
1997	2.866
1998	2.863

<b>1999</b>	2.842
<b>2000</b>	2.723
<b>2001</b>	2.702
<b>2002</b>	2.674
<b>2003</b>	2.651
<b>2004</b>	2.602
<b>2005</b>	2.576
<b>2006</b>	2.549
<b>2007</b>	2.461
<b>2008</b>	2.490
<b>2009</b>	2.464
<b>2010</b>	2.437
<b>2011</b>	2.416
<b>2012</b>	2.394
<b>2013</b>	2.466
<b>2014</b>	2.453

Fonte: Estimativa IBGE

A próxima tabela irá apresentar o número de nascimentos e óbitos de 1997 a 2015, segundo dados do Ministério da Saúde/SUS/SIAB, no qual podemos constatar que na maioria dos anos o número de nascimentos foi superior ao de óbitos, confirmando assim o que é percebido na maioria das cidades interioranas, que a população do município diminuiu pela migração da população para centros maiores.

Tabela 5 – Nascimentos e Óbitos 1997 a 2015

<b>Anos</b>	<b>Nascimentos</b>	<b>Óbitos</b>
<b>1997</b>	27	20
<b>1998</b>	32	08
<b>1999</b>	40	07
<b>2000</b>	34	13
<b>2001</b>	35	24
<b>2002</b>	38	22
<b>2003</b>	24	14
<b>2004</b>	31	12
<b>2005</b>	25	20



<b>2006</b>	31	10
<b>2007</b>	23	24
<b>2008</b>	17	18
<b>2009</b>	18	12
<b>2010</b>	29	15
<b>2011</b>	09	12
<b>2012</b>	24	17
<b>2013</b>	20	11
<b>2014</b>	15	15
<b>2015</b>	05*	07*

\* Dados informados de janeiro à abril de 2015.

Fonte: Ministério da Saúde/SUS/SIAB

4 CARACTERIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Nova Ramada ao emancipar-se contava com um total de 14 escolas municipais em funcionamento, sendo 13 escolas de 1ª a 4ª série e uma escola do pré-escolar a 8ª série. Também contava com 03 escolas estaduais, das quais duas tinham o ensino de 1ª a 4ª série e uma oferecia do pré-escolar a 8ª série. Logo após a emancipação, iniciou-se o processo de desativação das escolas do interior, visando concentrar estes alunos em apenas duas escolas, que seriam: a Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Pedro I e a Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Roberto Löw, que hoje se denomina Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Roberto Löw, em virtude da instalação a partir do ano de 2002 do Ensino Médio Alternativo neste educandário e em 2005 do Ensino Médio Regular. Ambas as escolas possuíam do pré-escolar a 8ª série e se localizavam nas vilas, hoje bairros Pinhal e Barro Preto respectivamente. Com este processo, foram desativadas duas escolas estaduais: Escola Estadual de Ensino Fundamental Acácio Thomaz da Silva e Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Lourival Barcellos de Souza, bem como as escolas municipais citadas abaixo, nas respectivas datas, permanecendo então apenas uma escola pública municipal e uma escola pública estadual:

Tabela 6 - Escolas Desativadas e Extintas

Nome das Escolas	Decreto Executivo de desativação	Decreto Executivo de extinção
E. M. de 1º G. I. General Osório Rincão dos Dalsasso	951/93 de 30/04/1993 a contar de 09/03/1992	1097/95 de 09/05/1995 a contar de 09/05/1995
E. M. de 1º G. I. Tristão Antonio Pinheiro Monte Alvão	951/93 de 30/04/1993 a contar de 09/03/1992 Parecer CEE 574/98	18/97 de 1º/09/1997 a contar de 06/03/1997
E. M. de 1º G. I. 12 de Outubro	17/97 de 1º/09/1997 a contar de 06/03/1997	507/2002 de 17/06/02 a contar de 17/06/2002
E. M. de 1º G. I. Bento Gonçalves da Silva Esquina Bom Sucesso	17/97 de 1º/09/1997 a contar de 06/03/1997	507/2002 de 17/06/02 a contar de 17/06/2002
E. M. de 1º G. I. Primeiro de Maio Primeiro de Maio	17/97 de 1º/09/1997 a contar de 06/03/1997	507/2002 de 17/06/02 a contar de 17/06/2002
E. M. de 1º G. I. Monte Alvão Monte Alvão	17/97 de 1º/09/1997 a contar de 06/03/1997	507/2002 de 17/06/02 a contar de 17/06/2002
E. M. de 1º G. I. Dom João VI Passo da Cachoeira	17/97 de 1º/09/1997 a contar de 06/03/1997	507/2002 de 17/06/02 a contar de 17/06/2002
E. M. de 1º G. I. Silva Jardim Esquina Pitã	89/98 de 24/07/98 a contar de 02/03/1998	-
E. M. de 1º G. I. Felipe Camarão Pranchada	164/99 de 07/07/99 a contar 01/03/1999	-

E. M. de 1º G. I. 29 de Maio Macieira	164/99 de 07/07/99 a contar 01/03/1999	-
E.M.E.F. Boa Esperança Timbosal	001/2002 de 11/03/2002 a contar de 11/03/2002	-
E.M.E.F. Almirante Tamandaré Formigueiro	661/2003 de 20/02/03 a contar de 24/02/2003	-
E. M. E. F. Liberato Salzano Vieira da Cunha Esquina Umbú	661/03 de 20/02/2003 a contar de 24/02/2003	-
E. M. de E. F. Presidente Costa e Silva Rincão dos Woiciechowski	832/2004 de 16/02/2004 a contar de 16/02/2004	-

Fonte: SMECDT/Nova Ramada

Com a desativação destas escolas o município investiu seus recursos na ampliação do transporte escolar e na ampliação, aparelhamento e qualificação física, pessoal e tecnológica da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Pedro I, na qual se concentra a maior porcentagem de alunos da rede de Ensino Municipal, conforme as tabelas de matrículas, que veremos na sequência.

Atualmente o município conta com uma frota de 07 (sete) veículos ônibus em condições adequadas de trafegabilidade, que fazem 04 (quatro) linhas próprias na educação básica e 01 (uma) linha para APAE. Além disto, conta com mais 04 (quatro) linhas terceirizadas com veículos kombi que atendem o transporte escolar da educação básica. Com esta frota de veículos é possível abranger as localidades do município em sua totalidade, oferecendo transporte escolar gratuito a todos os munícipes estudantes da pré-escola, ensino fundamental e ensino médio da rede municipal e estadual de ensino oriundos da zona rural.

Na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Pedro I houve a ampliação de prédios para poder atender adequadamente toda a demanda de alunos oriundos das escolas desativadas do interior. No ano de 2007, concluiu-se a construção do ginásio de esportes da escola, para aperfeiçoar e qualificar as atividades esportivas dos educandos.

Com o aumento do espaço físico, houve também a modernização e o aparelhamento da escola em todos os aspectos, sendo implantado no ano de 1999 um laboratório de informática. Já em 2006, implantou-se na escola a Internet, oferecendo assim aos educandos a oportunidade de estarem sempre atualizados, através do acesso a informações pela rede mundial de computadores. Em 2009 foram instalados climatizadores nas salas de aula. Em 2013 foram adquiridos aparelhos multimídia para a colocação em todas as salas de aula, como também foi feito a colocação e implantação de um novo sistema de alarme para as dependências da escola no

ano de 2014. A cada ano novos equipamentos são adquiridos acompanhando o desenvolvimento da tecnologia e colaborando no processo ensino aprendizagem dos alunos e seus professores, bem como de toda a estrutura administrativa da escola.

Para os profissionais da educação, o município busca sempre o aperfeiçoamento, visando um ensino de qualidade, através da formação continuada e também houve o auxílio de 60% (sessenta por cento) nas mensalidades aos professores que queriam cursar nível superior nas universidades reconhecidas pelo MEC. Em 2014, o município, através de lei, firmou convênio com instituição incentivando o ingresso e conclusão de cursos de pós graduação, os quais recebem suporte no próprio município.

Anualmente são realizadas viagens de estudos com os alunos e professores do município, dentro do Estado e fora do mesmo. Os roteiros são estabelecidos pelo corpo docente objetivando oportunizar aos educandos a aquisição de novos conhecimentos, visualizando outras realidades em diferentes aspectos, seja histórico, socioeconômico ou geográfico.

A biblioteca da escola a cada ano é renovada, com novos títulos para despertar nos alunos o interesse pela leitura, proporcionando aos mesmos uma vasta lista de obras literárias, bem como a ampliação de material e livros didáticos aos professores, para aperfeiçoar o desenvolvimento das aulas ministradas. Além disto, dispõe mensalmente de revistas e diariamente de jornais em nível de circulação local, regional e estadual.

Outro aspecto que merece destaque é o investimento feito na parte nutricional dos alunos, onde se busca a cada ano melhorar a qualidade e diversidade dos gêneros alimentícios, bem como equipar e melhorar a estrutura física do refeitório e da cozinha, com novas tecnologias, para o correto armazenamento e preparo da merenda escolar, com o acompanhamento da nutricionista e o aperfeiçoamento da merendeira, fornecendo aos educandos uma alimentação diária adequada nutricionalmente.

Um marco importante na área educacional em nosso município foi a criação do Sistema Municipal de Ensino, através da Lei Municipal nº 735, de 31 de outubro de 2006. Este dá autonomia para serem tomadas as decisões que envolvem os aspectos educacionais da rede municipal de ensino. Também neste mesmo ano, foi instituído pelo Decreto Executivo nº 1.244, de 12 de abril de 2006, a ampliação para nove anos do Ensino Fundamental nas escolas da rede pública municipal, com a matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade.

No ano de 2007, recebemos do MEC o título de menção honrosa pela qualidade da educação, sendo que ficamos em 2º lugar no Estado do Rio Grande do Sul pelos índices alcançados no IDEB.

No ano de 2013 mais uma vez Nova Ramada foi destaque por estar entre os 90 municípios brasileiros que atingiram as metas esperadas para 2022 na realização da Prova Brasil 2012, matemática e língua portuguesa, no 5º ano.

A qualidade da educação em Nova Ramada deve ser mantida e a cada ano aperfeiçoada e é isto que deverá ser buscado através deste Plano Municipal de Educação para os próximos dez anos.

Quanto ao Ensino Médio, o município auxilia a realização do transporte escolar, através de Convênio com o Estado, além de apoiar ações como na implantação de curso técnico em administração que aconteceu no ano de 2014. O município também disponibiliza gratuitamente aos munícipes de Nova Ramada transporte para os universitários deslocarem-se até a cidade de Ijuí, onde frequentam diversas instituições.

Nas tabelas abaixo, podemos ter uma noção do número de matrículas anuais nas escolas da rede pública municipal e estadual de ensino, desde a emancipação, conforme censo escolar INEP/MEC:

**Tabela 7 - Matrículas 1997 e 1998**

Escolas	1997	1998
Estadual	205	170
Municipal	243	253
Total	448	423

Fonte: inep/educacenso

**Tabela 8 - Matrículas 1999 a 2002**

Escolas	1999		2000		2001		2002		
	Pré Esc.	Ens. Fund.	Pré Esc.	Ens. Fund.	Pré Esc.	Ens. Fund.	Pré Esc.	Ens. Fund.	Ens. Méd.
Estadual	15	172	22	164	14	114	11	109	118
Municipal	10	231	18	218	31	291	27	294	0
Total	25	403	40	382	45	405	38	403	118

Fonte: inep/educacenso

Tabela 9 - Matrículas 2003 a 2005

Escolas	2003			2004			2005		
	Pré Esc.	Ens. Fund.	Ens. Méd.	Pré Esc.	Ens. Fund.	Ens. Méd.	Pré Esc.	Ens. Fund.	Ens. Méd.
Estadual	11	103	112	10	94	95	14	86	69
Municipal	23	273	0	47	259	0	42	242	0
Total	34	376	112	57	353	95	56	328	69

Fonte: inep/educacenso

Tabela 10 - Matrículas 2006 a 2008

Escolas	2006			2007			2008		
	Pré Esc.	Ens. Fund.	Ens. Méd.	Pré Esc.	Ens. Fund.	Ens. Méd.	Pré Esc.	Ens. Fund.	Ens. Méd.
Estadual	16	97	98	08	102	76	0	100	81
Municipal	43	242	0	40	226	0	47	224	0
Total	59	339	98	48	328	76	47	324	81

Fonte: inep/educacenso

Tabela 11 - Matrículas 2009 a 2011

Escolas	2009			2010			2011		
	Pré Esc.	Ens. Fund.	Ens. Méd.	Pré Esc.	Ens. Fund.	Ens. Méd.	Pré Esc.	Ens. Fund.	Ens. Méd.
Estadual	0	92	88	0	88	76	0	89	70
Municipal	55	230	0	54	211	0	54	214	0
Total	55	322	88	54	299	76	54	303	70

Fonte: inep/educacenso

Tabela 12 – Matrículas 2012 a 2014

Escolas	2012			2013			2014		
	Pré Esc.	Ens. Fund.	Ens. Méd.	Pré Esc.	Ens. Fund.	Ens. Méd.	Pré Esc.	Ens. Fund.	Ens. Méd.
Estadual	0	79	58	0	75	49	0	74	56
Municipal	54	215	0	41	200	0	40	186	0
Total	54	294	58	41	275	49	40	260	56

Fonte: inep/educacenso

Tabela 13 – Resumo de matrículas 1997 a 2014

Anos	Pré-escola	Ensino Fundamental	Ensino Médio
1997	-	448	-
1998	-	423	-
1999	25	403	-
2000	40	382	-
2001	45	405	-
2002	38	403	118
2003	34	376	112

<b>2004</b>	57	353	95
<b>2005</b>	56	328	69
<b>2006</b>	59	339	98
<b>2007</b>	48	328	76
<b>2008</b>	47	324	81
<b>2009</b>	55	322	88
<b>2010</b>	54	299	76
<b>2011</b>	54	303	70
<b>2012</b>	54	294	58
<b>2013</b>	41	275	49
<b>2014</b>	40	260	56

Fonte: inep/educacenso

## **5 EDUCAÇÃO BÁSICA**

### **5.1 NÍVEIS DE ENSINO**

#### **5.1.1 Educação Infantil**

##### **a) Diagnóstico**

A Educação Infantil no Brasil teve grandes avanços tanto em sua oferta como no estabelecimento de políticas públicas a partir de sua inclusão como parte da Educação Básica com a aprovação Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, bem com a Constituição Federal de 1988. Ambas reconhecem a importância do processo educativo nesta faixa etária. A LDB, em seu artigo 29, diz: "A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade."

Em Nova Ramada, o pré-escolar teve seu início em meados de 1978, em fase experimental, onde as aulas eram lecionadas apenas uma vez por semana. No ano de 1979, passou para um prédio da Prefeitura, que hoje não existe mais, sendo que nesta época pertencíamos ao Município de Ajuricaba. As salas de aulas eram precárias, cada criança trazia a sua cadeirinha e a mesa era improvisada, não havia brinquedos, praça ou parque, nem espaço para brincar. O trabalho era mantido pelos pais, com apoio da direção escolar e não havia vínculo com a Prefeitura.

No ano de 1981, o trabalho era mantido pela Igreja Católica, por extensão de Ajuricaba, denominado SEASA (Sociedade Educacional e Assistencial de Ajuricaba), sendo que o Pré-Escolar foi implantado oficialmente e integralmente no ano de 1984, sustentado pela Prefeitura Municipal de Ajuricaba.

Atualmente a Educação Infantil na rede pública municipal de ensino de Nova Ramada é oferecida na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Pedro I. Esta passou a oferecer vagas para o ingresso de crianças no Jardim A e Jardim B (pré-escola) a partir de 2005. Já no segundo semestre de 2014 foram abertas vagas para uma turma de Maternal II (creche) e no início do mês de maio de 2015 teve início uma turma de Maternal I (creche).

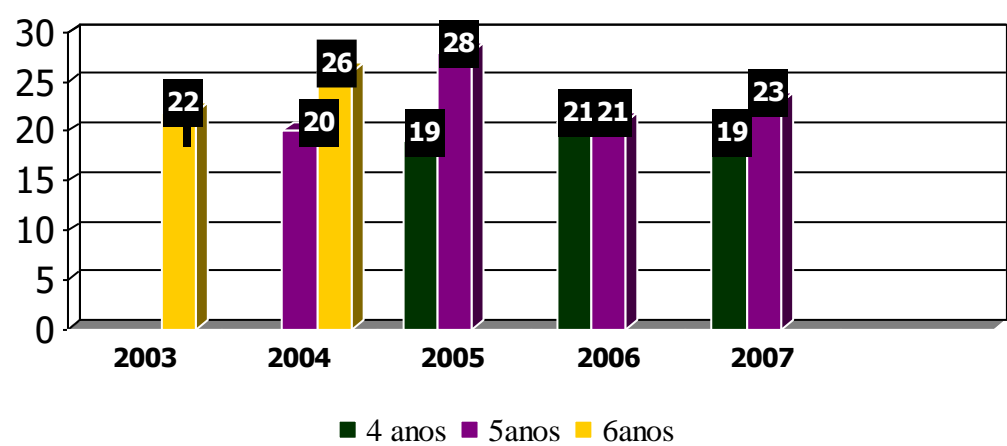


A referida Escola localiza-se na zona urbana do município, no bairro Pinhal, na Rua Tiradentes, 259. A estrutura para o atendimento da Educação Infantil da Escola hoje é: três salas de aula, um banheiro (projeto em andamento para a reforma e adequação), um parque infantil utilizado por todas as turmas da Educação Infantil e Ensino Fundamental da escola. Ambas as salas estão equipadas com uma grande quantidade de jogos e brinquedos, além dos brinquedos instalados junto a área aberta em frente às salas de aula.

Trabalham na Educação Infantil professoras com Curso Superior em Pedagogia, tendo também o auxílio de atendentes gerais de ensino com Ensino Médio. A Educação Infantil, 04 e 05 anos (pré-escola), vem sendo mantida com recursos Municipais da Secretaria de Educação. Para estes alunos da zona rural é oferecido o transporte escolar.

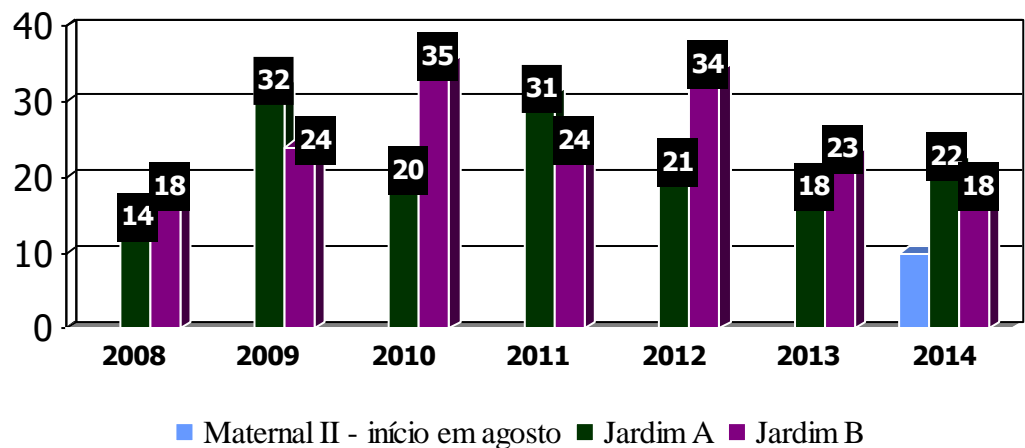
Atualmente a faixa etária de 0 a 03 anos vem sendo gradualmente ampliada em sua oferta, sendo mantida também pela Secretaria de Educação e por parte de Programas da Secretaria de Saúde e Assistência Social.

**Gráfico 1 - Atendimento de crianças na Educação Infantil – 2003 a 2007**



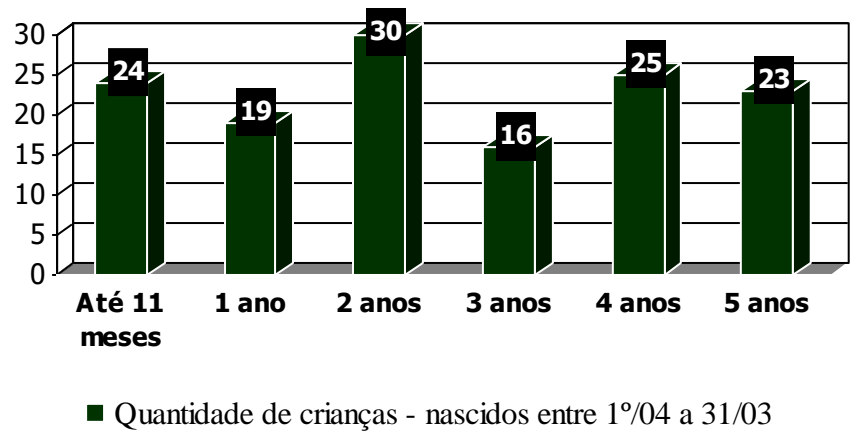
Fonte: Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Pedro I.

Gráfico 2 - Atendimento de crianças na Educação Infantil – 2008 a 2014



Fonte: Censo Escolar, Inep (maternal não foi incluído no censo)

Gráfico 3 - Estimativa de crianças a serem atendidas na Educação Infantil em 2015



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, em 15/04/2015

**b)Diretrizes**

Já é constatado por muitas pesquisas, que o atendimento de qualquer criança num estabelecimento de Educação Infantil é umas das mais sábias estratégias de desenvolvimento humano, pois nesse processo de construção do conhecimento, as crianças utilizam-se das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. Nessa perspectiva a criança constrói o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação.

Sendo assim é preciso analisar separadamente as faixas etárias de 0 a 03 e de 04 a 05 anos, pois formam atendimentos diferenciados. A faixa de 0 a 03 anos mantém cuidados mais apurados, espaço próprio, programas específicos de orientação aos pais, qualificação dos

profissionais, adaptação ao estabelecimento, quanto às condições físicas, mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos. A faixa de 04 a 05 anos fica para a Pré-escola com objetivos educacionais, aonde se tem mais necessidade de ambiente para influenciar sobre a formação em áreas como: pessoal e social; linguagem leitura e escrita; matemática; estudos sociais; ciências; desenvolvimento motor e artes. Caso essas oportunidades forem perdidas será muito mais difícil obter os mesmos resultados mais tarde.

A educação das crianças menores de 5 anos foi considerada por muito tempo como pouco importante, bastando que fossem cuidadas e alimentadas. Hoje, a educação já integra o sistema público de educação. Ao fazer parte da primeira etapa da educação básica, ela é concebida como questão de direito, de cidadania e de qualidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 4º diz: “O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade" (redação dada pela lei nº 12.796, de 2013).

A importância da existência de uma Escola de Educação Infantil decorre dos seguintes fatores: o desenvolvimento urbano, as reivindicações populares, o trabalho da mulher, a transformação das funções familiares, as concepções de infância e as condições socioculturais para o desenvolvimento das crianças.

Hoje, as escolas de educação infantil podem ser definidas como equipamentos educativos com base nos seguintes pontos:

- Brincadeira como uma atividade educativa fundamental da infância;
- Organização do espaço e do tempo são importantes para a educação, interação e construção de conhecimentos;
- Desenvolvimento de ações que integrem cuidados e educação;
- Respeito a cultura de origem de cada criança;
- Envolvimento da escola/família/comunidade nos projetos educativos;
- Espaço de socialização, de vivências e de interações;
- Ambiente cultural propício a leitura e a escrita.

Todo espaço físico é um território cultural a ser ocupado, construído, bagunçado, organizado, marcado por experiências, sentimentos e ações das pessoas. Os espaços da educação infantil são variados e diferentes, por isso, eles devem refletir os princípios educativos em que se baseiam e a prática dos profissionais de educação infantil que neles agem.

A escola de educação infantil, através da ação planejada dos profissionais, precisa organizar seus espaços de forma a acolher e propiciar, para as crianças, percepções do ambiente cultural, auxiliando-as a adaptar-se a ele e a modificá-lo. As crianças precisam de espaço para movimentar-se, esconder-se, olhar-se, andar, correr, saltar, pular, experimentar, mexer e descansar. Precisam ficar sozinhas ou com amigos para: desenhar, construir, pintar, dançar, ler, pensar, cantar, pesquisar, conversar, subir, descer, brincar, gritar ou ficar quietas, comer e dormir. As interações e as brincadeiras são consideradas eixos fundamentais para se educar com qualidade.

A organização dos espaços da educação infantil é importante por que:

- Afeta tudo o que a criança faz;
- Interfere na percepção que a criança tem da realidade;
- Modifica suas atitudes e a maneira como utiliza os materiais;
- Influencia sua capacidade de escolha;
- Transforma as interações com as outras crianças, com os profissionais e com seus pais.
- 

Para a qualidade do atendimento de crianças da faixa etária da educação infantil seguem alguns objetivos:

- Propiciar uma vida saudável e de bem estar para crianças, famílias e profissionais;
- Possibilitar a multiplicidade de expressão;
- Estimular a construção da auto-estima, da confiança em si, da autonomia e do desejo de aprender;
- Trabalhar com base nas diferenças individuais e culturais;
- Garantir igualdade de oportunidade, sem discriminação sexual, racial, ou em relação aos portadores de deficiências;
- Criar um ambiente propício às interações, à apropriação e produção de saberes, que seja acolhedor e estável;
- Favorecer a sociabilidade, a amizade, a cooperação e a explicitação de confrontos e conflitos;
- Favorecer a colaboração das famílias e a comunidade, criando estruturas de intercâmbio, cooperação e trabalho;
- Elaborar uma programação ampla, diferenciada, contínua e que tenha como centro de aprendizagem direta, experimental e ativa da criança;
- Encarar a brincadeira, a fala, o silêncio, a expressão e as práticas das crianças como formas de aprendizagem;
- Elaborar uma programação que contemple momentos de atividades coletivas e individuais; atividades livres e dirigidas; atividades de repouso, de higiene e de alimentação;

- Formar equipes de profissionais estáveis e permanentes com formação acadêmica e que a eles seja oportunizada a formação continuada em serviço.
- Propiciar que seus profissionais planejem em conjunto e individualmente, baseando-se na avaliação regular, sistemática e na observação das crianças;

### **c)Meta e estratégia**

**META 1:** universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

## **ESTRATÉGIAS**

**1.1** Construir Escola de Educação Infantil, assegurando a infraestrutura física, cumprindo as regras de acessibilidade arquitetônica, urbanística e na comunicação em informação previstas nas normas técnicas de acessibilidade de acordo com a ABNT. A mesma deverá ter os espaços de recreação e equipamentos adequados para a Educação Infantil, num período de no mínimo 03 anos para início das obras;

**1.2** Oferecer projetos e/ou programas suplementares de alimentação escolar, material didático e assistência à saúde que atendam as necessidades das crianças de zero a cinco anos.

**1.3** Garantir a alimentação escolar para crianças atendidas na Educação Infantil, nos estabelecimentos públicos e conveniados, com a colaboração financeira da União e do Estado.

**1.4** Assegurar a infraestrutura necessária para um trabalho pedagógico de qualidade, desde a construção física até os espaços de recreação e a aquisição de equipamentos tecnológicos que assegurem a realização e acompanhamento das atividades pedagógicas desenvolvidas na educação infantil;

**1.5** Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;

**1.6** Efetivar mecanismos de colaboração entre os setores de educação, saúde e assistência social no sentido de atender as necessidades mínimas para o bem estar da criança, ofertando, por exemplo, o atendimento psicológico e fonoaudiológico com alunos e pais, bem como a atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e super dotação;

**1.7** Assegurar que toda instituição de educação infantil tenha elaborado o Projeto Político Pedagógico, com a participação dos profissionais da educação, coordenação pedagógica, pais e sociedade em geral, com observância das diretrizes curriculares nacionais;

**1.8** Assegurar transporte gratuito e de qualidade de acordo com as normas vigentes para alunos de 4 e 5 anos da zona rural;

**1.9** Promover o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos afetivos, cognitivos, físicos, psíquicos, éticos e sociais, incentivando a criatividade, a autonomia, as relações de respeito e de solidariedade a partir dos valores humanos, completando assim a ação da família.

**1.10** Promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;

**1.11** Preservar as especificidades da educação infantil na organização da rede escolar garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;

**1.12** Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

**1.13** Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;

## **5.1.2 ENSINO FUNDAMENTAL**

### **a) Diagnóstico**

O Ensino Fundamental compreende um dos níveis da educação básica no Brasil, faz parte da faixa etária obrigatória de escolarização, atendendo crianças a partir dos 6 anos, tendo como objetivos, conforme LDBEN 9394/96:

Art. 32º. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Desde 2006, a duração do Ensino Fundamental, que até então era de 8 anos, passou a ser de 9 anos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) foi alterada em seus artigos 29, 30, 32 e 87, através da Lei Ordinária 11.274/2006, e ampliou a duração do Ensino Fundamental para 9 anos. O Ensino Fundamental passou então a ser dividido da seguinte forma:

Anos Iniciais: 1º ao 5º ano e Anos Finais: 6º ao 9º ano. Em todos os anos devem ser respeitadas a carga horária mínima anual de 800 horas, distribuídos em, no mínimo, 200 dias letivos efetivos.

Segundo informações de populares a partir de 1940 já eram lecionadas aulas em uma escola nas proximidades da Praça João Batista – Escola Venâncio Aires e no ano de 1963 foi construída na Rua Tiradentes um novo prédio onde hoje está situada a Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Pedro I. A partir de 1975 ocorreu a instalação da 6ª série e no ano seguinte a 7ª e 8ª séries.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Pedro I de Nova Ramada está sempre em busca de um melhor equilíbrio e desenvolvimento dos seus alunos e de seu quadro de profissionais, por isso atua com responsabilidades que passam do simples ensinar, instrumentalizando os alunos no aperfeiçoamento de suas habilidades. Atualmente a escola oferece ensino fundamental completo, sua organização curricular é por anos, com avaliação trimestral através de conceitos.

Em vista do fechamento das escolas rurais e a centralização do ensino, é oferecido transporte escolar a todas as crianças que necessitam que residem na zona rural. Com a preocupação de elevar cada vez mais a qualidade de ensino, busca-se a capacitação dos profissionais da educação, elaboração de uma proposta pedagógica envolvendo a comunidade escolar e oferecendo por parte do poder público recursos financeiros para melhor atender a realidade escolar.

**Tabela 14 – Número de matrículas por turmas do Ensino Fundamental na E.M.E.F. Dom Pedro I**

<b>Séries Anos</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>1ª</b>	27	30	36	44	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>1º</b>	-	-	-	-	25	26	27	19	29	17	25	18
<b>2ª</b>	42	17	25	35	38	-	-	-	-	-	-	-
<b>2º</b>	-	-	-	-	-	26	33	34	20	35	18	25
<b>3ª</b>	25	45	22	31	29	45	-	-	-	-	-	-
<b>3º</b>	-	-	-	-	-	-	23	30	35	18	30	20
<b>4ª</b>	30	29	42	24	23	33	46	-	-	-	-	-
<b>4º</b>	-	-	-	-	-	-	-	27	26	32	17	26
<b>5ª</b>	37	33	27	46	18	25	33	45	10	-	-	-
<b>5º</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	26	24	33	17

<b>6ª</b>	40	31	32	26	42	23	25	35	39	14	-	-
<b>6º</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25	23	37
<b>7ª</b>	30	35	29	24	23	39	24	21	28	36	11	-
<b>7º</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25	22
<b>8ª</b>	32	25	30	23	19	23	36	19	22	26	34	12
<b>8º</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23
<b>Total</b>	<b>263</b>	<b>245</b>	<b>243</b>	<b>243</b>	<b>217</b>	<b>240</b>	<b>247</b>	<b>230</b>	<b>235</b>	<b>227</b>	<b>216</b>	<b>200</b>

Fonte: E.M.E.F. Dom Pedro I, com base nas Atas dos Resultados Finais dos respectivos anos.

Tabela 15 – Número de aprovação por turmas do E.M.E.F. Dom Pedro I

<b>Séries Anos</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>1ª</b>	20	23	31	44	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>1º</b>	-	-	-	-	25	25	26	16	29	16	23	17
<b>2ª</b>	42	15	19	35	38	-	-	-	-	-	-	-
<b>2º</b>	-	-	-	-	-	22	24	29	16	31	18	23
<b>3ª</b>	23	37	19	21	29	42	-	-	-	-	-	-
<b>3º</b>	-	-	-	-	-	-	19	26	31	17	26	19
<b>4ª</b>	25	22	36	24	21	37	39	-	-	-	-	-
<b>4º</b>	-	-	-	-	-	-	-	25	22	32	16	24
<b>5ª</b>	31	23	19	41	16	23	31	31	08	-	-	-
<b>5º</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	26	22	33	16
<b>6ª</b>	33	22	24	23	38	21	20	29	32	11	-	-
<b>6º</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23	20	33
<b>7ª</b>	25	27	25	20	22	36	21	21	23	36	10	-
<b>7º</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23	20
<b>8ª</b>	32	21	30	23	19	23	35	16	19	25	31	08
<b>8º</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22
<b>Total</b>	<b>231</b>	<b>190</b>	<b>203</b>	<b>231</b>	<b>208</b>	<b>229</b>	<b>215</b>	<b>193</b>	<b>206</b>	<b>213</b>	<b>200</b>	<b>182</b>

Fonte: E.M.E.F. Dom Pedro I, com base nas Atas dos Resultados Finais dos respectivos anos.

Tabela 16 – Número de reprovação por turmas do E.M.E.F. Dom Pedro I

<b>Séries Anos</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>1ª</b>	05	07	05	—	-	-	-	-	-	-	-	-



1º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2ª	—	02	06	—	-	-	-	-	-	-	-	-
2º	-	-	-	-	-	04	08	03	04	02	-	-
3ª	01	08	03	—	-	-	-	-	-	-	-	-
3º	-	-	-	-	-	-	02	03	02	-	01	-
4ª	05	07	04	—	01	-	06	-	-	-	-	-
4º	-	-	-	-	-	-	-	-	03	-	-	-
5ª	05	06	07	05	02	-	01	08	-	-	-	-
5º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	01
6ª	05	08	07	03	04	02	02	04	06	03	-	-
6º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	02	01
7ª	05	06	04	02	01	-	02	-	04	-	-	-
7º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
8ª	—	04	—	—	-	-	01	-	02	-	-	-
8º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	26	48	36	10	08	06	22	18	21	07	03	02

Fonte: E.M.E.F. Dom Pedro I, com base nas Atas dos Resultados Finais dos respectivos anos.

Tabela 17 – Número de evasão por turmas do Ensino Fundamental na E.M.E.F. Dom Pedro I

Séries Anos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1ª	02	—	—	—	-	-	-	-	-	-	-	-
1º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2ª	—	—	—	—	-	-	-	-	-	-	-	-
2º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3ª	01	—	—	—	-	-	-	-	-	-	-	-
3º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4ª	—	—	02	—	-	-	-	-	-	-	-	-
4º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5ª	01	04	01	—	04	-	01	-	-	-	-	-
5º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6ª	02	01	01	—	-	-	01	01	-	-	-	-
6º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01
7ª	—	02	—	01	01	-	-	-	-	-	-	-
7º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

8ª	—	-	—	—	-	-	-	-	-	-	02	01
8º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	06	07	04	01	05	00	02	01	00	00	02	02

Fonte: E.M.E.F. Dom Pedro I, com base nas Atas dos Resultados Finais dos respectivos anos.

Tabela 18 – Número de matrículas por turmas do Ensino Fundamental na E.E.E.M Dr. Roberto Löw

Séries Anos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1º	06	12	07	17	15	12	06	12	07	08	11	08
2º	09	10	12	08	21	17	12	09	11	09	08	14
3º	14	08	10	11	09	15	18	10	10	10	11	11
4º	13	15	09	08	11	09	18	18	08	12	09	11
5º	14	16	19	10	11	14	13	16	25	08	11	07
6º	12	15	13	24	10	07	14	16	12	19	08	10
7º	17	12	14	11	20	10	09	13	14	12	17	08
8º	13	14	06	12	12	20	10	08	10	12	13	14
Total	98	102	90	101	109	104	100	102	97	90	88	83

Fonte: E.E.E.M Dr. Roberto Löw com base nas Atas dos Resultados Finais dos respectivos anos.

Tabela 19 – Número de aprovação por turmas do E.E.E.M Dr. Roberto Löw

Séries Anos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1º	06	12	06	15	13	11	06	10	07	07	11	07
2º	08	10	09	08	17	13	10	09	08	07	07	13
3º	14	08	08	11	09	15	13	07	10	07	10	10
4º	13	14	07	08	11	08	17	17	08	11	05	10
5º	11	11	17	07	08	13	13	09	19	08	09	07
6º	09	12	09	22	09	06	12	11	12	16	07	09
7º	13	06	12	11	19	08	08	10	12	12	14	07
8º	11	13	06	11	12	19	08	06	10	11	13	14
Total	85	86	74	93	98	93	87	79	86	79	76	77

Fonte: E.E.E.M Dr. Roberto Löw, com base nas Atas dos Resultados Finais dos respectivos anos.

Tabela 20 – Número de reprovação por turmas do Ensino Fundamental na E.E.E.M Dr. Roberto Löw

Séries Anos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1º	-	-	01	01	01	-	-	-	-	-	-	-
2º	-	-	02	-	-	-	02	-	01	-	-	-
3º	-	-	02	-	-	-	-	01	-	-	-	-
4º	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-
5º	03	05	02	03	03	01	-	07	-	-	-	-
6º	03	02	04	02	-	01	02	03	-	-	-	-
7º	02	04	02	-	-	-	-	02	-	-	01	01
8º	-	01	-	06	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	08	12	13	12	04	02	05	13	01	00	01	01

Fonte: E.E.E.M Dr. Roberto Löw, com base nas Atas dos Resultados Finais dos respectivos anos.

Tabela 21 – Número de evasão por turmas do Ensino Fundamental na E.E.E.M Dr. Roberto Löw

Séries Anos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5º	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-
6º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
7º	02	01	-	-	-	01	-	-	01	-	-	-
8º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	02	01	00	00	00	01	00	00	02	00	00	00

Fonte: E.E.E.M Dr. Roberto Löw, com base nas Atas dos Resultados Finais dos respectivos anos.

Tabela 22 - IDEB observado e metas projetadas para rede municipal de ensino de Nova Ramada

	Ideb Observado						Metas Projetadas							
E.M.E.F. D.Pedro I	2005	2007	2009	2011	2013		2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais 4ª/5º	5.7	5.9	5.1	6.6	6.4		5.7	6.0	6.4	6.6	6.8	7.0	7.2	7.4
Anos Finais 8ª/9º	4.9	4.6	5.3	4.8	5.6		4.9	5.1	5.3	5.7	6.0	6.2	6.4	6.6

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>

**Tabela 23 - Metas nacionais projetadas para o IDEB**

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais	4,7	5,0	5,2	5,5

Fonte: Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014

O direito ao Ensino Fundamental não se refere apenas à matrícula, mas ao ensino de qualidade até a conclusão, permitindo que as crianças e adolescentes permaneçam na escola o tempo necessário para concluir este nível de ensino. A LDB, no art. 32 prevê o pleno domínio de capacidade de aprender e de se relacionar tanto social como politicamente. Portanto, é necessário trabalhar de forma interdisciplinar, para abrir novas perspectivas no desenvolvimento de habilidades.

Para se ter um Ensino Fundamental de qualidade, além de ter ideias e ações pedagógicas, deve-se buscar mudanças e aperfeiçoamento na infraestrutura da escola, bem como na atualização e utilização dos recursos tecnológicos.

A distorção idade/ano juntamente com o abandono e a repetência demonstram o insucesso escolar, reforçando o ciclo da exclusão. Como consequência da retenção e do aumento do tempo do aluno na escola temos elevado significativamente os custos da oferta do Ensino Fundamental. Ao lado disso temos ainda, com um custo muito mais elevado os efeitos negativos que a repetência vai agravando no sujeito em relação à autoestima e confiança em sua capacidade de aprender.

Os fatores apontados demandam de ações e desenvolvimento de políticas educacionais que ampliem o atendimento educacional na busca de sua eficiência e eficácia na melhoria da qualidade e do atendimento às exigências específicas de cada sujeito que teve garantido seu acesso à escola através da democratização. Nesse sentido, encontram-se em andamento muitas medidas como Programa Nacional do Livro Didático, Programa Nacional de Biblioteca Escolar, Alimentação Escolar, Transporte Escolar, acesso às tecnologias de informação, oferta de qualificação e formação continuada de professores, cujos resultados já se fizeram notar junto aos índices do IDEB da escola.

**b)Diretrizes**

As diretrizes norteadoras da Educação Fundamental estão contidas na Constituição Federal, na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nas Diretrizes Curriculares

para o Ensino Fundamental, nos pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) e nas legislações de cada sistema de ensino.

O currículo para o Ensino Fundamental Brasileiro tem uma base nacional comum, que deve ser complementada por cada sistema de ensino, de acordo com as características regionais e sociais, desde que obedeçam as seguintes diretrizes, conforme artigo 27 da LDB 9394/96:

- I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
- II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
- III - orientação para o trabalho;
- IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

Além dos pontos acima elencados faz-se necessário a promoção de políticas e ações que visem a superação da repetência e a evasão que são causas da defasagem idade-série.

### **c) Metas e Estratégias**

**META 2:** universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

### **ESTRATÉGIAS**

**2.1** Oferecer programas de recuperação paralela ao longo do ano letivo a fim de reduzir o índice de reprovação, bem como estabelecer parcerias com profissionais da área da psicologia e da área da educação especial garantindo a efetiva aprendizagem e fortalecendo os laços entre a escola e família, reafirmando o compromisso e responsabilidade de cada um;

**2.2** Implementar os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da base nacional comum curricular do ensino fundamental;

**2.3** Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos (as) alunos (as) do ensino fundamental;

**2.4** Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

**2.5** Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

- 2.6** Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial e das escolas do campo;
- 2.7** Elaborar, com a participação das escolas, o calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região, assegurando o mínimo de dias e horas letivas de acordo com a legislação vigente;
- 2.8** Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;
- 2.9** Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;
- 2.10** Assegurar que toda instituição de Ensino Fundamental tenha elaborado o Projeto Político Pedagógico, com a participação dos profissionais da educação e comunidade escolar, com observância das diretrizes curriculares nacionais;
- 2.11** Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos (às) estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais;
- 2.12** Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional;
- 2.13** Universalizar o atendimento no Ensino Fundamental, criando as condições necessárias para o acesso, permanência e sucesso do aluno, crianças e adolescentes, na escola;
- 2.14** Garantir transporte escolar a todos os alunos do Ensino Fundamental residentes no meio rural, com a colaboração financeira da união.
- 2.15** Estabelecer parcerias entre SMECDT, escola e instituições governamentais e não governamentais para a implementação de programas de qualificação do ensino, realização de cursos e outros, para que os alunos entre outras coisas possam desenvolver ações empreendedoras e inovações no meio rural.

**META 3:** alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

## **ESTRATÉGIAS**

- 3.1** Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

**3.2** Aderir a programas de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental;

**3.3** Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

**3.4** Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização;

**3.5** Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

**META 4:** oferecer educação em tempo integral em escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

## **ESTRATÉGIAS**

**4.1** Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;

**4.2** Reestruturar e qualificar as escolas públicas, por meio da instalação de laboratórios, espaços para atividades culturais e esportivas, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, piscina térmica, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral em parceria com o MEC;

**4.3** Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques e museu;

**4.4** Oferecer a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;

**4.5** Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.

**META 5:** fomentar a qualidade do ensino fundamental em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

	Ideb Observado		Metas Projetadas			
E.M.E.F. D.Pedro I	<b>2013</b>		<b>2015</b>	<b>2017</b>	<b>2019</b>	<b>2021</b>
Anos Iniciais - 4ª/5º	6.4		6.8	7.0	7.2	7.4
Anos Finais - 8ª/9º	5.6		6.0	6.2	6.4	6.6

**ESTRATÉGIAS**

- 5.1** Adedir e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental, respeitada a diversidade regional, estadual e local;
- 5.2** Assegurar que no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos (as) alunos (as) do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;
- 5.3** Assegurar que no último ano de vigência deste PME, todos os (as) estudantes do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;
- 5.4** Contribuir, em colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, para a elaboração de um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;
- 5.5** Incentivar o processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;



**5.6** Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

**5.7** Aderir aos instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental, de forma a englobar o ensino de ciências nos exames aplicados nos anos finais do ensino fundamental, assegurada a sua universalização, ao sistema de avaliação da educação básica, bem como apoiar o uso dos resultados das avaliações nacionais pelas escolas e redes de ensino para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas;

**5.8** Desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial;

**5.9** Orientar as políticas da rede pública e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do Ideb;

**5.10** Divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do Ideb, relativos às escolas, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos (as) alunos (as), e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação, bem como desenvolver políticas na rede municipal, e incentivar a rede estadual, para atingir as metas do IDEB;

**5.11** Incentivar e divulgar tecnologias educacionais para o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

**5.12** Ampliar o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

**5.13** Incentivar e aderir a transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;

**5.14** Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao (à) aluno (a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

**5.15** Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e

laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;

**5.16** Aderir, em regime de colaboração, programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;

**5.17** Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;

**5.18** Aderir a programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das secretarias de educação;

**5.19** Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

**5.20** Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

**5.21** Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nºs 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;

**5.22** Mobilizar e orientar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;

**5.23** Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

**5.24** Oportunizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos (às) estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

**5.25** Promover ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento

à saúde e à integridade física, mental e emocional dos (das) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

**5.26** Aderir, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, os sistemas estaduais de avaliação da educação básica, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade;

**5.27** Fomentar, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, servidores que atuam em bibliotecas públicas, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.

### **5.1.3 Ensino Médio**

#### **a) Diagnóstico**

Conforme disposto na LDB, Lei nº 9.394/96, cabe ao estado assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio. Esse nível de ensino, segundo disposto no Art. 35, é a etapa final da educação básica, devendo ter uma duração mínima de três anos e as seguintes finalidades:

- a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade às novas condições de ocupação ou de aperfeiçoamento posterior;
- o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria à prática, no ensino de cada disciplina.

Em Nova Ramada temos uma escola de ensino médio. A Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Roberto Löw, teve seu primeiro prédio construído em 1922, onde hoje situa-se o salão de festas da comunidade católica Santo Anjo da Guarda. Posteriormente, em 1955, passou a funcionar onde se encontra atualmente e com o passar dos anos sua estrutura física foi sendo ampliada assim como as diferentes modalidades de Ensino. As modalidades de cursos oferecidos pela escola são: Ensino Fundamental e Ensino Médio. No ano de 2014, a escola passou a oferecer via Pronatec o Curso de Informática do Instituto Federal/ Santo Augusto.

Novos espaços de participação e estreitamento nas relações com a comunidade trazem algumas conquistas, onde se destaca: em 27 de Junho de 2001, pelo parecer 640/2001 do Conselho Estadual de Educação, foi aprovado o Ensino Médio e em 13 de março de 2002,tivemos a abertura oficial das atividades do Ensino Médio Alternativo- Conjunto Educacional de Ensino Médio de Ijuí - 36ª CRE / Escola Base: E. E. de E. F. Dr. Roberto Löw e sua regularização definitiva em 2005.

Através dos diferentes níveis e modalidades de Ensino na Escola Dr. Roberto Löw, percebe-se um avanço na qualidade das práticas pedagógicas adotadas e a alternativa da formação para o trabalho, com implantação do Curso Técnico em Informática que está em vigor, e pela concepção de educação que está sendo adotada pela escola, conforme prevê o projeto político pedagógico.

Tabela 24 – Número de matrículas por turmas do Ensino Médio na E.E.E.M. Dr. Roberto Löw

Séries Anos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1º	38	35	27	40	38	21	22	28	41
2º	25	31	30	25	34	29	18	20	21
3º	38	27	30	28	17	28	27	15	16
Total	101	93	87	93	89	78	66	63	78

Fonte: E.E.E.M. Dr. Roberto Löw, com base nas Atas dos Resultados Finais dos respectivos anos.

Tabela 25 – Número de aprovação por turmas do Ensino Médio na E.E.E.M. Dr. Roberto Löw

Séries Anos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1º	31	30	22	33	28	16	18	15	23
2º	25	29	26	17	28	23	15	16	16
3º	35	24	26	23	16	27	21	14	15
Total	91	83	74	73	72	66	54	45	64

Fonte: E.E.E.M. Dr. Roberto Löw, com base nas Atas dos Resultados Finais dos respectivos anos.

Tabela 26 – Número de reprovação por turmas do Ensino Médio na E.E.E.M. Dr. Roberto Löw

Séries Anos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1º	04	-	02	06	05	-	03	04	02
2º	-	-	-	01	-	-	02	01	-
3º	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	04	00	02	07	05	00	05	05	02

Fonte: E.E.E.M. Dr. Roberto Löw, com base nas Atas dos Resultados Finais dos respectivos anos.

Tabela 27 – Número de evasão por turmas do Ensino Médio na E.E.E.M. Dr. Roberto Löw

Séries Anos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1º	03	03	-	-	01	03	-	03	04
2º	-	-	02	06	01	01	-	01	01
3º	02	01	03	03	-	01	03	-	-
Total	05	04	05	09	02	05	03	04	05

Fonte: E.E.E.M. Dr. Roberto Löw, com base nas Atas dos Resultados Finais dos respectivos anos.

Não foram encontrados registros do índice e metas do IDEB para o Ensino Médio para o Município de Nova Ramada, no caso, para a Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Roberto Löw.

c) Metas e Estratégias

**META 6:** Apoiar a universalização, até 2016, do atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

**ESTRATÉGIAS**

- 6.1 Auxiliar na promoção da busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;
- 6.2 Promover a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar;
- 6.3 Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas;
- 6.4 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens beneficiários (as) de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de

discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude.

**6.5** Gestionar com o governo estadual a manutenção do Ensino Médio no município com a ampliação de cursos técnicos em parcerias com os entes federados;

**6.6** Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do (a) aluno (a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;

**6.7** Estimular a participação no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM;

**6.8** Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;

**6.9** Fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.

**META 7:** fomentar a qualidade do ensino médio em todas as etapas e modalidades com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

**7.1** Aderir e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local;

**7.2** Assegurar que no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos (as) alunos (as) do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

**7.3** Assegurar que no último ano de vigência deste PME, todos os (as) estudantes do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

**7.4** Contribuir, em colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, para a elaboração de um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;

**7.5** Incentivar o processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

**7.6** Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

**7.7** Aderir aos instrumentos de avaliação da qualidade do ensino médio, incorporar o Exame Nacional do Ensino Médio, assegurada a sua universalização, ao sistema de avaliação da educação básica, bem como apoiar o uso dos resultados das avaliações nacionais pelas escolas e redes de ensino para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas;

**7.8** Divulgar bianualmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do Ideb, relativos às escolas, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos (as) alunos (as), e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação, bem como desenvolver políticas na rede municipal, e incentivar a rede estadual, para atingir as metas do IDEB.

**7.9** Incentivar e divulgar tecnologias educacionais para o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

**7.10** Ampliar o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

**7.11** Incentivar e adesão a transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;

**7.12** Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao (à) aluno (a), em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

**7.13** Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;

**7.14** Aderir, em regime de colaboração, programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;

**7.15** Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

**7.16** Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

**7.17** Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nºs 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;

**7.18** Mobilizar e orientar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;

**7.19** Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

**7.20** Oportunizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos (às) estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;



**7.21** Promover ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos (das) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

**7.22** Fomentar, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, servidores que atuam em bibliotecas, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.

## **6 MODALIDADES DE ENSINO**

### **6.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL**

#### **a) Diagnóstico**

A Constituição Federal de 1988 respalda avanços significativos para Educação Escolar de pessoas com deficiência, quando elege como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, incisos II e III) e, como um dos seus objetivos fundamentais, a promoção do bem de todos, sem preconceito (art. 3º, inciso IV). Ela garante ainda o direito à igualdade (art. 5º) e trata, no artigo 205 e seguintes, do direito de todos à educação. Esse direito deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Além disso, a Constituição elege como um dos princípios para o ensino, a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, inciso I), acrescentando que o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (art. 208, inciso V).

No Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto, (art. 205) a Constituição prescreve em seu art. 208 que o dever do estado será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A LDB 9394/96 incorpora os princípios da Constituição Federal, prescreve uma educação democrática e inclusiva de ensino aprendizagem para as PNEE (Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais). A Educação Especial constitui uma modalidade paralela a educação básica. Prova disso é seu artigo 58, que conceitua a EE (Educação Especial) como modalidade de educação regular a ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. De acordo com a Lei, compete à escola e aos profissionais de educação preparar-se para receber e educar as pessoas com necessidades educacionais especiais. Para tanto, os sistemas de ensino precisam equipar as instituições escolares e oferecer condições para os professores e outros profissionais se prepararem adequadamente para esta tarefa. O atendimento do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, tem seu amparo legal na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seus artigos 58, 59 e 60:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero aos cinco anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo poder público.

Parágrafo único. O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

Já a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) prevê:

“A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular”.

No que se refere ao Atendimento Educacional Especializado - AEE, a referida política define que:

“O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.”

A inclusão na rede regular de ensino tem sido prática adotada pelo município de Nova Ramada e, além disto, este público alvo vem sendo atendido pela APAE de Ajuricaba - Escola Caminhos do Aprender, através de prestação de serviço, como também pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

O município também disponibiliza transporte próprio para as pessoas com necessidades especiais três vezes por semana até a APAE, onde os alunos são atendidos com procedimentos pedagógicos, fisioterápicos, psicológicos e terapia ocupacional.

Além do transporte oferecido pelo município, nos outros dias as pessoas portadoras de necessidades especiais se deslocavam até a APAE de Ajuricaba através da empresa Stadler, mas atualmente, 2014, a empresa reduziu as linhas, sendo que o itinerário Nova Ramada/Ajuricaba não mais é feito diariamente. Todo portador de necessidades especiais, desde que encaminhada documentação necessária, tem passe livre no transporte coletivo de passageiros. Importante ressaltar que o atendimento na APAE é diário e, sempre que necessário, cabe aos pais a responsabilidade de acompanharem seus filhos.

No ano de 2010 chegaram os equipamentos e em 2010 houve a implantação de sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado junto a Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Pedro I. A Sala de Recursos Multifuncionais – AEE consiste em um ambiente com equipamentos, materiais e recursos tecnológicos e pedagógicos específicos com o objetivo de atender a natureza da necessidade de cada aluno. É nesse espaço que se oferece a complementação do atendimento educacional realizado nas classes de ensino regular.

Para atuar nessa modalidade de ensino, o professor precisa estar capacitado a nível de Pós-Graduação, indicado para essa função e saber utilizar métodos, técnicas, materiais e recursos pedagógicos também especiais e, quando necessário, equipamentos e materiais específicos. Esta tem sido uma das grandes dificuldades em nosso município, a falta de profissional habilitado nos processos seletivos. Diante disto, quando existe disponibilidade, professores lotados na escola municipal recebem ampliação de jornada, para atender a demanda apresentada.

Na rede estadual de ensino, no ano de 2013, foi lotada uma tradutora intérprete para acompanhar uma aluna surda. Esta mesma aluna é levada pela Secretaria de Saúde até Ijuí semanalmente, onde participa de encontro junto ao CAIS - Centro de Atendimento Integral ao Surdos.

**Tabela 28 - Matrícula Educação Especial no Município de Nova Ramada**

	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>Estadual</b>	01	01	02	02	01	01	01	03
<b>Municipal</b>	00	01	03	03	05	07	05	06
<b>Total</b>	01	02	05	05	06	08	06	09

Fonte: inep/educacenso

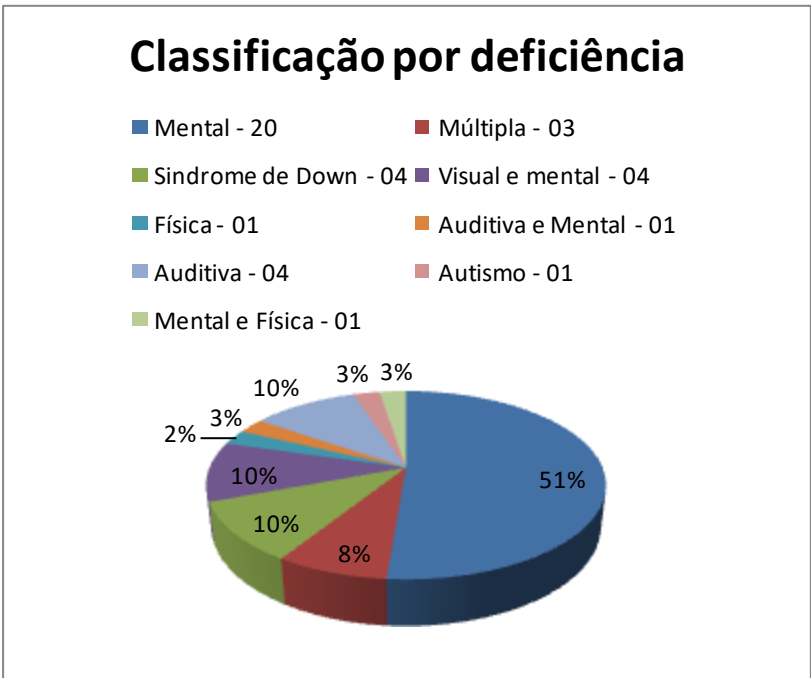
Em Nova Ramada há uma excelente parceria entre as secretarias de Saúde e Assistência Social com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo. Sempre que detectados casos são realizados os encaminhamentos pelas escolas até a Secretaria de Saúde,

onde são atendidos na Unidade Básica de Saúde e, se necessário, encaminhados aos mais diversos profissionais da área da saúde. Também cabe registrar o atendimento psicológico oferecido pela secretaria de saúde junto a escola para o atendimento de crianças e familiares no período de adaptação, conflitos familiares e outros problemas apresentados.

O Centro de Referência e Assistência Social - CRAS de Nova Ramada vem desenvolvendo desde 2013 o Projeto Conviver com os portadores de deficiência, com uma média de onze participantes. Nestes encontros quinzenais são desenvolvidas atividades físicas, recreativas, terapia ocupacional.

Conforme dados coletados junto a SMECDT e Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, temos 39 pessoas portadoras de necessidades especiais.

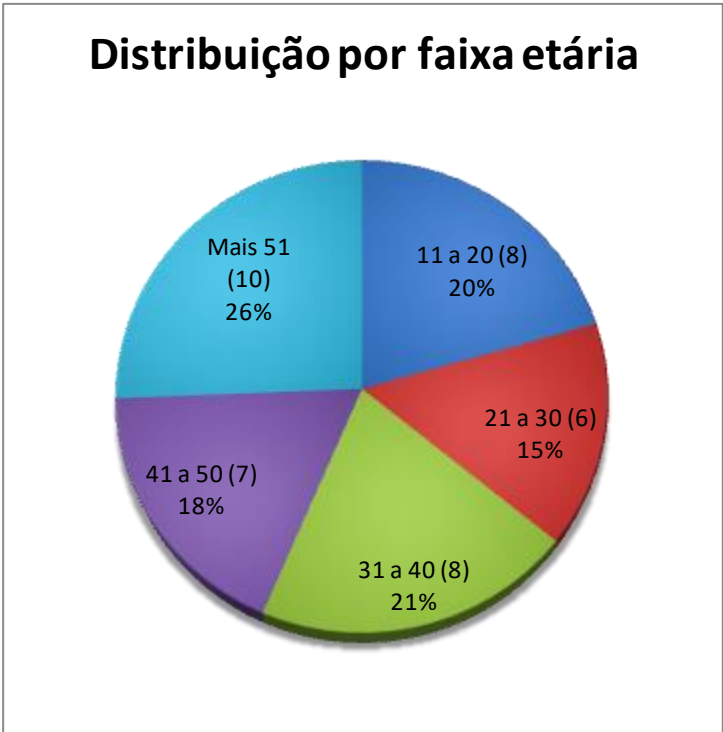
Gráfico 4 - Percentual de pessoas conforme as diferentes necessidades especiais



Fonte: SMECDT e Secretaria de Saúde e Assistência Social

No gráfico a seguir percebemos que a faixa etária dos portadores de deficiência está acima dos dez anos.

Gráfico 5 - Faixa etária das pessoas com Necessidades Especiais



Fonte: SMECDT e Secretaria de Saúde e Assistência Social

A intervenção educativa como processo interativo que é, pressupõe ajustes apropriados a tais necessidades, sempre visando o alcance aos quatro alicerces da educação, apontados por Delors (1997): aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser.

Portadores de necessidades especiais não são considerados somente as pessoas com deficiência física, mas também as com dificuldades na aprendizagem e as que apresentam dificuldades visuais, auditivas, físicas, mentais múltiplas, distúrbio de conduta, superdotada... Por isso precisamos ver com outros olhos a nossa educação, não diferenciando a razão de sua origem, cor, sexo, raça, idade ou deficiência.

Apesar do crescimento das matrículas, o déficit é muito grande e constitui um desafio imenso para os sistemas de ensino, pois diversas ações devem ser realizadas ao mesmo tempo. Entre elas, destaca-se a sensibilização entre os demais alunos e da comunidade em geral para a integração, as adaptações curriculares, a qualificação dos professores para o atendimento nas escolas regulares e a especialização dos professores para o atendimento nas novas escolas especiais, produção de livros e materiais pedagógicos adequados para as diferentes necessidades, adaptação das escolas para que os alunos especiais possam nelas transitar, oferta de transporte escolar adaptado, etc. Mas o grande avanço que a década da educação deveria produzir, seria a construção de uma escola inclusiva, que garanta o atendimento à diversidade humana.

Práticas escolares que contemplem as mais diversas necessidades dos estudantes, inclusive necessidades especiais, devem-se reger no ensino regular e demais modalidades de ensino como a educação de jovens e adultos e a educação profissional, não se justificando a manutenção de um ensino especial separado.

#### **b) Diretrizes**

O atendimento educacional especializado vem para melhor atender às especificidades dos alunos com deficiência, abrangendo principalmente instrumentos necessários à eliminação das barreiras, que as pessoas com deficiência naturalmente tem, para relacionar-se com o ambiente externo como exemplo: ensino de Língua Brasileira de Sinais (Libras), do código braile, de recurso da informática e outras ferramentas e linguagens que precisam estar disponíveis nas salas regulares.

1 – Universalizar o acesso à Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado à população com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

2 – Respeitar as diferenças com proposta alicerçada na concepção e na busca de inclusão responsável que concebe cada aluno como sujeito em sua totalidade humana, considerando aspectos orgânicos, condições psicológicas, socioeconômicas e familiares.

#### **c) Metas e Estratégias**

**META 8:** Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que tenham condições mínimas de frequentar a escola, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

#### **ESTRATÉGIAS**

**8.1** Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins

lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007.

**8.2** Ampliar, ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas e do campo.

**8.3** Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação multidisciplinar, ouvidos a família e o aluno.

**8.4** Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação.

**8.5** Possibilitar a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 4 meses a 17 anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, escolas especiais e filantrópicas nos termos do Art. 22 do Decreto no 5.656, de 22 de dezembro de 2005, e dos Arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos até o final desse PME.

**8.6** Estimular a criação de grupos integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

**8.7** Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.

**8.8** Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento



de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.

**8.9** Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues.

**8.10** Acompanhar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

**8.11** Acompanhar o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado;

**8.12** Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino.

**8.13** Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.

**8.14** Garantir, nas propostas pedagógicas das escolas atenção especial a essa modalidade de ensino, proporcionando flexibilização do currículo escolar;

**8.15** Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

## 6.2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

### a) Diagnóstico

A Educação de Jovens e Adultos – EJA é uma modalidade de ensino integrante da Educação Básica, destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio, na idade própria. Ela vem se destacando cada vez mais na sociedade brasileira, por considerar que o domínio de habilidades de leitura e escrita são condições essenciais para o enfrentamento das exigências do mundo contemporâneo. Assim sendo, ressalta que as atuais mudanças na divisão e organização do trabalho exige dos profissionais a elevação no nível de conhecimento, especialmente aqueles repassados pela escolarização, bem como uma preparação mais qualificada dos jovens, adultos e idosos, para a vivência da cidadania crítico-participativa.

No que concerne a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é importante evitar uma ideia pré-concebida e sim, analisar os dados dos munícipes interessados em participar desta modalidade de ensino, conhecer os seus anseios, angústias e perspectivas, assessorados por profissionais aptos a estabelecer práticas pedagógicas compatíveis com a realidade destes estudantes.

No campo do direito, esta modalidade educativa não se restringe a uma concepção compensatória, com o fim único de recuperar um tempo de escolaridade. Portanto, esta relação entre educandos e educadores acontece pela dinâmica envolta ao contorno social, considerando que a educação como direito se afirma independentemente da idade, assim como define o art. 1º e 2º da LDB/1996:

Art. 1º “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”;  
Art. 2º “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Dados referentes ao nosso país contrapõem a lei de ensino como, por exemplo, no número exagerado de reprovações, que eleva a evasão escolar e ao próprio analfabetismo. O analfabetismo está intimamente associado às taxas de escolarização e ao número de crianças fora da escola. Cabe ao poder público nas diferentes esferas, com a participação da comunidade e o envolvimento das organizações da sociedade civil, assegurar o atendimento a ampliação de recursos na educação para atender esta demanda, articulando políticas sociais a todos os cidadãos. A Constituição Federal e a LDB garantem a obrigatoriedade do ensino gratuito,

inclusive aos que a ele não tiveram acesso em idade própria, bem como prevê o artigo 4º,VII da LDB: "a oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantido aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola".

Dada a heterogeneidade do público alvo, é importante considerar seus interesses, suas identidades, preocupações, necessidades, expectativa com relação à escola, suas habilidades, vivências e assim poder construir uma proposta pedagógica que considere suas especificidades. Trabalhar conteúdos que tenham sentido e que façam perceber quem é este sujeito social e que tragam elementos concretos na formação, instrumentalizando para uma intervenção no meio de convívio e realidade presente. Sendo assim, esta modalidade de ensino, EJA, requer proposta político pedagógica com metodologias, plano de estudos próprio, considerando também os espaços físicos, recursos didáticos e humanos.

Tabela 29 - Taxa de analfabetismo no município de Nova Ramada

ANO	TAXA MUNICIPAL	TAXA NACIONAL
2000	8,38%	12,84%
2010	6,15%	9,374%

Fonte: Datasus/IBGE

Tabela 30 - Total de analfabetos por faixa etária no município de Nova Ramada - 2010

	Amarela	Branca	Preta	Parda	Total
15 a 24 anos	00	02	00	02	04
25 a 39 anos	00	06	00	03	09
40 a 59 anos	00	29	04	11	44
60 anos ou mais	01	55	03	12	71
Total	01	92	07	28	128

Fonte: IBGE - Censo 2010

Várias tentativas para a formação de turmas de EJA já foram realizadas em Nova Ramada, mas o público alvo não se mostra disponível a frequentar as aulas, ou seja, acreditam que a realização de provas como o ENCCEJA e ENEM sejam mais viáveis. Diante disto, anualmente o município disponibiliza transporte gratuito quando da realização das provas do ENCCEJA e ENEM. Cabe ressaltar, que é ofertado transporte gratuito noturno aos universitários, alunos de EJA e cursos técnicos para a cidade de Ijuí.

## **b)Diretrizes**

Como norma constitucional, constante na LDB/96, é necessário que no Plano Municipal de Educação se faça cumprir o que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais. Parte de uma prática administrativa e pedagógica que evidencie a formação cidadã, na qual a educação cumpra o papel de mediadora entre o sujeito e a realidade para que ela possa ser compreendida e modificada.

A educação como direito de acesso, ajusta-se a política da igualdade universal, reconhecida pelos direitos humanos, que além dos ensinamentos a construção de identidades, busque e pratique a igualdade no acesso aos bens sociais e culturais.

A proposta curricular incluirá o desenvolvimento de competências básicas, como forma de tratamento de conteúdos que busquem o desenvolvimento da capacidade de aprender e continuar aprendendo de forma autônoma, intelectual e que respeite o pensamento crítico. Os significados do estudo histórico assentam-se no contexto da sociedade como construção da humanidade, onde a história se refaz. Neste sentido, os conceitos e seus significados apresentam significados socialmente construídos, constituídos e reconhecidos pela humanidade, numa visão de criticidade na relação da dinâmica entre o físico natural e a realidade social política.

Outro princípio das diretrizes da EJA no processo de ensino aprendizagem, está no domínio de competências e habilidades necessárias ao exercício da cidadania e formação para o trabalho, ao mesmo tempo em que desenvolva a capacidade de relacionar a teoria e a prática e a possibilidade de cumprir novas etapas do conhecimento.

A interdisciplinaridade é o princípio, pelo qual o conhecimento mantém um diálogo permanente com outros saberes articulados e que o educando desenvolve sua capacidade de perceber a relação entre vários conhecimentos e que as disciplinas não se esgotam isoladamente a realidade dos fatos físicos e sociais, sendo necessário buscarem a compreensão mais ampla da realidade.

## **b) Metas e Estratégias**

**META 9:** elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar 15 % da população com escolaridade de, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano.

## **ESTRATÉGIAS**

- 9.1** Apoiar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades de cada aluno;
- 9.2** Incentivar e proporcionar acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio;
- 9.3** Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.
- 9.4** Implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;
- 9.5** Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses (as) estudantes na rede pública regular de ensino;
- 9.6** Apoiar a expansão da oferta gratuita de educação profissional técnica, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos considerados.

**META 10:** elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, reduzir o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

## **ESTRATÉGIAS**

- 10.1** Viabilizar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;
- 10.2** Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;
- 10.3** Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica, visando a erradicação do analfabetismo no município.
- 10.4** Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil.

**10.5** Viabilizar ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico, em articulação com a área da saúde;

**10.6** Garantir nas propostas político-pedagógicas da EJA a flexibilização do currículo escolar.

**10.7** Assegurar e garantir as condições físicas, materiais e pedagógicas para o pleno desenvolvimento de atividades inerentes a esta modalidade de ensino, com práticas pedagógicas adequadas que visem oportunizar a qualificação em níveis de ensino subsequentes.

**META 11:** Apoiar para que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, aconteçam na forma integrada à educação profissional.

### **ESTRATÉGIAS:**

**11.1** Aderir a programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;

**11.2** Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

**11.3** Apoiar parcerias entre os entes federados e iniciativa privada para incentivar a oferta da educação profissional integrada a EJA.

## **6.3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

### **a) Diagnóstico**

A educação profissional, conforme LDB 9394, não substitui a educação básica e nem com ela concorre. Ela destina-se aqueles que necessitam se preparar para seu desempenho profissional.

**Art. 39º.** A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Quando falamos sobre educação profissionalizante tratamos de cursos que, além de formar profissionais com conhecimento técnico, devem estar preocupados também com a formação do cidadão.

#### **b) Metas e Estratégias**

**META 12:** Apoiar o aumento das matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e sua expansão no segmento público.

#### **ESTRATÉGIAS**

**12.1** Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na rede pública estadual de ensino;

**12.2** Incentivar a busca por programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico.

## 7 EDUCAÇÃO SUPERIOR

### a) Diagnóstico

De acordo com o Art. 45º da LDB, Lei nº 9394/96, “A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”, tendo por finalidade, dentre outras de semelhante relevância: o estímulo à criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; a formação de diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, colaborando na sua formação contínua; o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica; a promoção e a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos; o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; a prestação de serviços especializados à comunidade e o estabelecimento com esta de uma relação de reciprocidade. Além disso, no artigo 44, a referida lei descreve que a educação superior deverá abranger cursos sequenciais, cursos de graduação, cursos de pós-graduação, programas de extensão e pesquisa. Entretanto, é necessário registrar que essa abrangência não é obrigatória, nem está presente em todas as instituições de ensino superior.

Diante da finalidade supracitada, depreende-se que a educação superior tem uma importante função social, contribuindo para a promoção das transformações sociais necessárias, para o fortalecimento dos valores humanitários e para a formação profissional.

A Educação Superior é, cada vez mais, foco de debates em toda a sociedade e objeto de políticas públicas diversificadas, visando ampliar seu alcance e qualidade. Em todas estas instâncias é evidente a necessidade de que o debate integre análises e propostas vinculadas à educação em todos os níveis e, ainda, que possa garantir maior participação dos diversos atores sociais.

Neste contexto, rever as funções e o papel exercido pela Educação Superior no país é de importante relevância, assim como o de suas instituições, em sua capacidade de atender demandas de conhecimento e formação advindas do processo de desenvolvimento socioeconômico e científico e tecnológico, de apoiar a construção da sustentabilidade social e econômica e promover a soberania nacional.

A educação superior tem um capítulo específico dentro da LDB 9394, onde lemos:

**Art. 43º.** A educação superior tem por finalidade:

**I** - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;



- II** - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III** - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV** - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V** - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI** - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII** - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

No município de Nova Ramada não temos instituições de Ensino Superior e estudantes precisam deslocar-se para outras cidades da região, onde são contempladas várias áreas de formação.

O poder executivo municipal de 2008 a 2010 realizava o repasse de valores através de auxílio financeiro para a Associação de Universitários. Desde 2011, a SMECDT realiza a contratação de empresa para a prestação de serviço transporte de fretamento de Nova Ramada a Ijuí, onde estudantes universitários têm 100% do transporte gratuito, mediante cadastro junto a SMECDT.

Pela tabela abaixo podemos perceber que o índice de residentes com curso superior em Nova Ramada é baixo, mas deve-se levar em consideração que muitos estudantes concluem sua graduação e partem para centros maiores em busca de melhores colocações em suas áreas profissionais, levando em consideração que Nova Ramada é uma cidade essencialmente agrícola.

Tabela 31 - Percentual da população com Ensino Superior completo em Nova Ramada

Ano	Percentual
2000	2,40
2010	3,64

Fonte: Atlas Brasil

**b) Metas e Estratégias**

**META 13:** Incentivar o ingresso na educação superior elevando o nível de escolaridade da população de Nova Ramada.

### **ESTRATÉGIAS:**

**13.1** Gestionar e reivindicar, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil, a ampliação da oferta de vagas públicas;

**13.2** Incentivar a população a continuar a escolarização em nível superior, apoiando e desenvolvendo ações de incentivo em parceria com os entes federados.

**13.3** Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País;

**13.4** Incentivar a ampliação da oferta de estágio como parte da formação na educação superior e oportunizar espaço para a realização de estágio curricular de educação superior.

**META 14:** Estimular a população de Nova Ramada para o ingresso em cursos de pós-graduação, estimulando a pesquisa e a inovação.

### **ESTRATÉGIAS**

**14.1** Apoiar a expansão do financiamento estudantil por meio do Fies à pós-graduação stricto sensu;

**14.2** Estimular a pesquisa científica e de inovação e promover a formação de recursos humanos que valorize a diversidade regional e a biodiversidade da região amazônica e do cerrado, bem como a gestão de recursos hídricos no semiárido para mitigação dos efeitos da seca e geração de emprego e renda na região;

**14.3** Estimular a pesquisa aplicada, no âmbito das IES e das ICTs, de modo a incrementar a inovação e a produção e registro de patentes.

## **8 PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

### **a) Diagnóstico**

A valorização dos profissionais da educação é condição fundamental para garantia do direito à educação e, conseqüentemente, ao acesso dos educandos à escola de qualidade social, sendo uma obrigação dos sistemas e base da construção da identidade profissional. Desta forma, constitui-se pauta imperativa para a União, estados, DF e municípios, no sentido de promover a elaboração de planos de carreira, valorizando, dentre outros aspectos, a formação continuada e a titulação dos profissionais da educação.

Um dos objetivos centrais do Plano Nacional da Educação demonstra que a melhoria da qualidade de ensino somente poderá ser alcançada e promovida se existir a valorização do magistério. Isso só será obtido se houver:

- Formação profissional inicial;
- Condições de trabalho, salário e carreira;
- Formação continuada.

A política de valorização e formação dos profissionais da educação deverá abranger, além dos professores, todos os demais profissionais que atuam no processo educativo, pois a intervenção do professor e de outros funcionários é decisiva no fazer pedagógico cotidiano, ao organizarem a proposta pedagógica; ao questionarem; ao adequarem os interesses; ao lançarem desafios; ao proporem metodologias diferenciadas e inovadoras; ao respeitarem a diversidade. O profissional deve ser acima de tudo, comprometido com o desenvolvimento da pessoa humana e, por isso, toda qualificação deverá ser oportunizada.

Para que isso se torne realidade e motive os profissionais a prosseguirem seus estudos e a dedicar-se, entusiasmar-se e confiar nos resultados do seu trabalho pedagógico é preciso que os professores possam acreditar em perspectivas de crescimento profissional e valorização econômica, com salários dignos e com carreira de magistério.

É necessário que os professores além de ter melhoria nas escolas em espaços e infraestrutura, participem da elaboração do projeto político pedagógico da escola, nos conselhos escolares e da formulação do plano de carreira e de remuneração do magistério.

A qualificação do pessoal docente se apresenta hoje como um dos maiores desafios para o Plano Municipal de Educação que precisa se dedicar prioritariamente à solução deste

problema. A implementação de políticas públicas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação é uma condição e um meio para o avanço científico e tecnológico em nossa sociedade e, portanto, para o desenvolvimento do Município, uma vez que a produção do conhecimento e a criação de novas tecnologias dependem do nível e da qualidade da formação das pessoas.

A melhoria da qualidade do ensino, indispensável para assegurar à população brasileira o acesso pleno à cidadania e a inserção nas atividades produtivas que permita a elevação constante do nível de vida, constitui compromisso do Município. Este compromisso, entretanto, não poderá ser cumprido sem a valorização do magistério, uma vez que os docentes excedem um papel decisivo no processo educacional.

Segue abaixo a tabela demonstrativa dos profissionais em educação no município de Nova Ramada.

**Tabela 32 – Profissionais da Educação, conforme dependências administrativas (nomeados e contratados)**

Função	Estadual	Municipal	Subtotal de funcionários
Professores	23	24	47
Pedagogas	-	02	02
Motoristas	-	05	05
Servente/Merendeira	-	02	02
Agente Administrativo	-	01	01
Agente Adm. Auxiliar	-	02	02
Auxiliar de Secretaria	-	01	01
Serventes	-	03	03
Atendente Geral de Ensino	-	03	03
Operário	-	01	01
Agente Educacional III - Auxiliar Administrativo(extinção)	01	-	01
Agente Educacional II - Administração Escolar	01	-	01
Agente Educacional I - Alimentação	03	-	03
Agente Educacional I – Manutenção e Infraestrutura	02	-	02
TOTAL PARCIAL	30	44	74
TOTAL GERAL			74

Fonte: Pesquisa realizada pela comissão de elaboração do PME em 12/05/ 2015.

**Tabela 33 - Funções Docentes: distribuição na rede municipal de ensino por nível de formação e níveis escolares em que atuam no ano de 2015.**

Nível de Formação	Creche	Pré-escola	1º à 5º Ano	6º à 9º Ano	
Nível – médio Magistério	-	-	03	-	03
Licenciatura Plena	01	02	03	04	09
Pós-Graduação	01	-	02	06	09
Total	02	02	08	10	22

Obs.: Três professores estão cursando pós-graduação “latu sensu”.

Fonte: Pesquisa realizada pela comissão de elaboração do PME em 12/05/ 2015.

**Tabela 34 - Formação da direção e vice-direção da Escola da Rede Municipal em 2015**

Formação	Direção	Vice-direção
Pós-graduação	01	01

Fonte: Pesquisa realizada pela comissão de elaboração do PME em 12/05/ 2015.

**Tabela 35 - Formação das pedagogas da Escola da Rede Municipal**

Formação	Pedagoga
Pós-graduação	02

Fonte: Pesquisa realizada pela comissão de elaboração do PME em 12/05/ 2015.

Segue abaixo a tabela de pagamentos dos cargos e funções gratificadas vigentes no Plano de Carreira do Magistério Público de Nova Ramada, sendo que o valor referencial atual está em **R\$))))),** conforme Lei Complementar nº 60, de 18 de maio de 2015.

**Tabela 36 - Quadro de Provimento Efetivo com seus coeficientes**

PROFESSOR(A) - 20 HORA SEMANAIS					
NÍVEIS	CLASSES				
	A	B	C	D	E
1	2,44	2,52	2,60	2,67	2,80
2	3,29	3,41	3,52	3,62	3,75
3	3,62	3,72	3,84	3,94	4,10
4	3,97	4,14	4,23	4,45	4,53
PEDAGOGO - 20 HORAS SEMANAIS					
NÍVEIS	CLASSES				
	A	B	C	D	E

1	3,29	3,41	3,52	3,62	3,75
2	3,62	3,72	3,84	3,94	4,10
3	3,97	4,14	4,23	4,45	4,53

Fonte: Lei Complementar nº 60, de 18 de maio de 2015

**Tabela 37 - Quadro das Funções Gratificadas e seus coeficientes**

<b>CÓDIGO</b>	<b>COEFICIENTE</b>
FG – 1	0,5
FG - 2	1,2

Fonte: Lei Complementar nº 60, de 18 de maio de 2015

**c) Metas e Estratégias**

**META 15** - aderir à política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II, III do caput do art. 61 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

**ESTRATÉGIAS**

- 15.1** Investir na formação permanente e continuada para os profissionais da educação da rede pública de ensino;
- 15.2** Valorizar as práticas de ensino e os estágios de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre formação acadêmica e as demandas da educação básica;
- 15.3** Incentivar à adesão ao programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica;
- 15.4** Fortalecer o programa de formação continuada dos profissionais da educação, dando suporte na implementação da metodologia de ensino e do currículo implementado;
- 15.5** Fortalecer os programas de formação continuada dos profissionais da educação dos diferentes níveis e modalidades de ensino e dos demais profissionais da educação não docentes;
- 15.6** Fomentar a implementação de cursos e programas especiais para assegurar formação específica na educação superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício;

**15.7** Aderir a política nacional de formação continuada para os (as) profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério, construída em regime de colaboração entre os entes federados;

**15.8** Ampliar, em regime de colaboração entre os entes federados, os programas de formação em serviço que assegurem a todos os professores a possibilidade de adquirir a qualificação mínima exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, observando as diretrizes curriculares nacionais e o previsto no PNE.

**META 16:** formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

### **ESTRATÉGIAS**

**16.1** Aderir a programas de formação de pós-graduação oferecidos pelo MEC como forma de aumentar o percentual de professores pós-graduados na rede municipal;

**16.2** Incentivar o acesso gratuito a cursos de pós-graduação aos profissionais da educação oferecidos pelo MEC;

**META 17 -** Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas da educação básica a fim de equiparar seu rendimento médio aos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano da vigência deste PME.

### **ESTRATÉGIAS**

**17.1** Atingir valorização profissional, concomitantemente, com outras funções exercidas nas repartições públicas que requerem nível equivalente de formação;

**17.2** Garantir políticas de valorização dos profissionais do magistério da rede municipal de ensino, em particular o piso salarial nacional profissional;

**17.3** Implementar no Município, plano de Carreira para os (as) profissionais do magistério da rede pública de educação básica, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar.

**META 18:** assegurar a existência de plano de Carreira para os (as) profissionais da educação básica da rede pública de ensino e tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

### **ESTRATÉGIAS**

**18.1** Garantir a existência de plano de carreira aos profissionais da educação da rede municipal de ensino e promover a revisão do mesmo, sempre que for necessário, com o propósito de adequar à legislação ou atender demandas da categoria;

**18.2** Prever, no plano de Carreira dos profissionais da educação do Município licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu;

**18.3** Fortalecer, na rede pública de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do (a) professor (a), com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.



## **9 FINANCIAMENTO E GESTÃO**

### **a) Diagnóstico**

O Município é responsável pela oferta da educação infantil e, prioritariamente, do ensino fundamental, mas além do ensino regular, o Município tem responsabilidade pela oferta da Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos, para as quais neste Plano, foram fixados objetivos e metas. Para tanto, exige-se uma definição de custos, assim como a identificação dos recursos atualmente disponíveis e das estratégias para sua ampliação, para que estes níveis e modalidades de ensino possam ser atendidos plenamente.

Neste Plano há ações cuja iniciativa cabe ao município, mas há metas que precisam da cooperação do Governo Federal e Estadual para serem executadas, pois envolvem recursos que o município não possui.

A Constituição Federal (art. 212) garante uma quantidade mínima de recursos financeiros que o Poder Público é obrigado a aplicar em educação, ou seja, ao menos 25% da receita resultantes de impostos, incluindo os impostos próprios e as transferências de impostos previstos pela Constituição Federal, bem como a dívida ativa de impostos, multas e juros dela decorrentes. Na prática, para se chegar a esse percentual, deve-se considerar a arrecadação e a despesa total realizada durante o ano, de janeiro a dezembro, período de vigência dos orçamentos públicos.

Este percentual constitucionalmente vinculado à manutenção e ao desenvolvimento do ensino representa o ponto de partida para a formulação de metas educacionais, já que a LDB (art. 11, V) estabelece que o Município deve aplicar 25% da receita de impostos no ensino fundamental e na educação infantil. Especificamente no caso de Nova Ramada, a Lei Orgânica estabelece, artigo 217, o percentual mínimo de 25% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Somente recursos acima desse percentual podem ser destinados ao Ensino Médio e Superior, bem como para: complementação da merenda escolar, manutenção dos conselhos municipais de educação e assistência à Educação Especial através de Convênio com a APAE.

Veremos a seguir, os recursos disponíveis para a realização das metas e objetivos previstos neste Plano:

- **MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:**

A LDB (art. 70 e 71) estabelece as despesas que podem e as que não podem ser consideradas como MDE, assim, por exemplo, temos como despesas com MDE: remuneração do pessoal do magistério e funcionários técnico-administrativos, desde que em atividade de MDE; formação inicial e continuada do magistério; aquisição, construção, reforma e aluguel de imóveis; compra, aluguel e manutenção de equipamentos e mobiliário escolar; contratação de serviços e consultorias, realização de estudos e eventos relacionados com a qualidade do ensino; compra de material pedagógico para alunos e professores, aquisição e manutenção de veículos para transporte escolar.

De acordo com a LDB, entre as despesas que não podem ser efetuadas com recursos vinculados para MDE, incluem-se, por exemplo: pesquisa não vinculada a instituições de ensino ou, se efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise diretamente à expansão ou aprimoramento do ensino; subvenções a instituições públicas ou privadas, de caráter assistencial, desportivo ou cultural; programas suplementares de assistência a saúde e alimentação escolar; obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar; docentes e demais profissionais da educação em desvio de função ou em atividades alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

- **FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação:**

Com o objetivo de garantir a manutenção e o desenvolvimento da educação básica pública e a valorização dos trabalhadores em educação, incluindo sua condigna remuneração, sancionou-se em 20 de junho de 2007 a Lei nº 11.494, FUNDEB, a qual substituiu o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização dos Profissionais da Educação), implantado em 1996. O FUNDEB é um mecanismo redistributivo entre municípios, de parte dos recursos vinculados para a educação básica. É formado com recursos provenientes de algumas transferências de impostos: FPM (Fundo de Participação dos Municípios), ICMS, IPI-Exp, entre outros. As transferências para os municípios são depositadas diretamente na conta bancária, quando do repasse dos recursos e são distribuídos conforme os dados do último Censo Escolar, com base no qual são fixados os valores da Cota Aluno de cada etapa do ensino básico (infantil, fundamental, médio, educação de jovens e adultos e ensino especial).

No mínimo 60% dos recursos anuais totais do Fundo devem ser destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. São considerados estes profissionais: docentes, profissionais que oferecem suporte

pedagógico direto ao exercício da docência: direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica. Os 40% restantes do FUNDEB, devem ser gastos nas despesas consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE.

Segundo a LDB (art. 68), além dos impostos próprios e das transferências, os recursos públicos para a educação são ainda originários de receita do salário-educação e outras transferências; receita de incentivos fiscais e de outros recursos previstos em lei.

- **Salário Educação:**

Como fonte adicional de financiamento a educação básica, o salário-educação é contribuição social recolhida pelas empresas e não impostos, sendo que estes recursos não podem ser considerados para cálculo dos 25% da receita de impostos para despesas com MDE. Com este recurso é vedada a utilização do salário-educação para despesas com pessoal.

Temos também como recurso, três programas do governo federal, que possuem como finalidade a assistência suplementar as escolas públicas da Educação Básica, sendo eles:

- **PNATE** – Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar, o qual transfere anualmente, em nove parcelas mensais, um valor fixo, calculado pelo número de matrículas existentes no município, para ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do transporte escolar dos alunos da educação básica residentes na zona rural.
- **PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar, o qual transfere anualmente, em dez parcelas mensais, um valor fixo, calculado pelo número de matrículas existentes no município, para ser aplicado na aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar dos alunos matriculados na rede pública de ensino.
- **PDDE** - Programa Dinheiro Direto da Escola. O programa engloba várias ações e objetivos a melhoria da infraestrutura física, pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiros, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica. Os valores são repassados diretamente para as escolas e tem na fórmula de cálculo um valor fixo e o outro calculado de acordo com o número de alunos, a localização da escola e modalidade de ensino.

- Ainda temos recursos oriundos do governo estadual, os quais são específicos para a realização do transporte escolar dos alunos da rede estadual do ensino fundamental e ensino médio e são transferidos através de termo de adesão.

Financiamento e gestão estão indissolúvelmente ligados. A transparência da gestão de recursos financeiros e o exercício do controle social permitirão garantir a efetiva aplicação dos recursos destinados à educação.

Para se construir uma cultura democrática e uma cultura de direitos humanos no cotidiano escolar, é necessária a articulação entre gestão democrática e controle social, tendo os conselhos escolares como mediadores. Esses conselhos serão instrumentos mobilizadores da comunidade a qual a escola pertence para tomar conhecimento das atividades desenvolvidas e do seu projeto político pedagógico de formação e capacitação. Eles identificarão as demandas apresentadas pela comunidade e pelas famílias, para o acesso à educação, para o atendimento de suas demandas específicas e para a melhoria da qualidade oferecida.

Esse processo deve ser construído de maneira colaborativa, com as famílias e entidades da comunidade, com metodologias participativas que visem a uma integração, contato e diálogo contínuo com a escola.

Ao tratar do financiamento da Educação, é preciso reconhecê-lo como um valor em si, requisito para o exercício pleno da cidadania, para o desenvolvimento humano e para a melhoria da qualidade de vida da população. A Constituição de 1988 determinou expressamente que a Educação é um direito de todos e dever do Estado e da família (art. 205, CF), devendo ser assegurada "com absoluta prioridade" à criança e ao adolescente (art. 227, caput, CF) pela família, pelo Estado e pela sociedade.

Partindo deste enfoque, de nada adiantariam as previsões de dever do Estado, acompanhadas de rigorosas sanções aos agentes públicos em caso de desrespeito a este direito, se não fossem dados os instrumentos para garanti-lo. Daí surge a diretriz básica para o financiamento da Educação: a vinculação constitucional de recursos à manutenção e desenvolvimento do ensino, pois somente a garantia destes recursos e seu fluxo regular permitem este planejamento educacional.

Outra diretriz importante é a gestão de recursos da educação por meio de fundos de natureza contábil em contas específicas, o que permite e comprova a efetivação do depósito e da

aplicação destes recursos, sendo à base do planejamento, permitindo um controle social mais eficaz e evitando a aplicação excessiva de recursos em atividades desnecessárias.

Com o FUNDEB e os Programas do Governo Federal, temos a diretriz de financiamento, expressa pelo número de matrículas. Desta forma, há estímulo para o município aumentar a população e consequentemente o número de alunos, mas além deste aumento quantitativo, surge o desafio de obter a adequação da aprendizagem a um padrão mínimo de qualidade e possibilitar o acesso e a permanência dos alunos na escola, buscando instrumentos eficazes de melhoria da qualidade de ensino, reduzindo a repetência, a evasão e o abandono escolar, envolvendo mais a família com a educação de seus filhos – ingrediente indispensável para o sucesso escolar.

Também temos o estímulo para aumento da arrecadação, o que consequentemente se reverterá em maior retorno para o município, resultando em investimentos e aplicação nos objetivos e metas previstos neste Plano Municipal de Educação.

Quanto à distribuição e gestão dos recursos financeiros, constitui diretriz da maior importância a transparência. Assim sendo, devem ser fortalecidas as instâncias de controle interno e externo, órgãos de gestão nos sistemas de ensino, como os Conselhos de Educação e os órgãos de controle social, como os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e o Conselho de Alimentação Escolar.

Finalmente, para que seja possível o planejamento educacional, é importante implantar sistemas de informação, com o aprimoramento da base de dados educacionais do aperfeiçoamento dos processos de coleta e armazenamento de dados censitários e estatísticos sobre a educação municipal. Desta maneira, precisa ser garantida a informatização da secretaria e das escolas que compõe a rede municipal de ensino.

Nas tabelas abaixo podemos identificar que o município tem mantido investimentos superiores aos índices constitucionais das receitas de impostos e transferências vinculadas à Educação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Tabela 38 - Indicadores de Investimentos em Educação no Município de Nova Ramada

Indicador	Anos					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Percentual de aplicação das receitas de impostos e transferências vinculadas à educação em MDE (mínimo de 25% para estados, DF e municípios)	<u>26,69 %</u>	<u>27,64 %</u>	<u>26,95 %</u>	<u>25,65%</u>	<u>26,28 %</u>	<u>25,92 %</u>
Percentual de aplicação do FUNDEF ou FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo de 60%)	<u>83,40 %</u>	<u>90,75 %</u>	<u>74,35 %</u>	<u>81,97 %</u>	<u>83,66 %</u>	<u>80,05 %</u>
Percentual de aplicação do FUNDEF ou FUNDEB em despesas com MDE, que não remuneração do magistério (máximo de 40%)	<u>16,60 %</u>	<u>9,25 %</u>	<u>25,64 %</u>	<u>18,02 %</u>	<u>16,34 %</u>	<u>19,95%</u>
Percentual das receitas do FUNDEF ou FUNDEB não aplicadas no exercício (máximo de 5%)	<u>0,00 %</u>	<u>0,00 %</u>	<u>0,00 %</u>	<u>0,00 %</u>	<u>0,00 %</u>	<u>0,00 %</u>

Fonte: Siope/MEC

Tabela 39 - Indicadores de Gasto por Aluno

Indicador	Anos					
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Gasto educacional por aluno da educação infantil	<u>R\$ 1.152,92</u>	<u>R\$1.172,54</u>	<u>R\$ 1.683,86</u>	<u>R\$ 1.960,74</u>	<u>R\$ 5.210,58</u>	<u>R\$ 3.110,71</u>
Gasto educacional por aluno do ensino fundamental	<u>R\$ 4.813,99</u>	<u>R\$4.807,44</u>	<u>R\$ 5.923,08</u>	<u>R\$ 6.115,82</u>	<u>R\$ 6.831,70</u>	<u>R\$ 9.857,45</u>

Fonte: Siope/MEC

Na tabela abaixo podemos analisar o investimento na educação baseado no PIB (Produto Interno Bruto). Ela demonstra a evolução do percentual do PIB Nacional investido em educação. O percentual que era 4,7% em 2000 evoluiu para 6,1% em 2011. A meta proposta é alcançar 10% do PIB Nacional em investimentos em educação.

Tabela 40 - Histórico da estimativa do PIB no Brasil

Histórico da Estimativa do Percentual do Investimento Público <u>Total</u> em Educação em Relação ao Produto Interno Bruto (PIB), por Nível de Ensino - Brasil 2000-2013							
Ano	Percentual do Investimento Público Total em relação ao PIB (%)						
	Todos os Níveis de Ensino	Níveis de Ensino					
		Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior
				De 1ª a 4ª Séries ou Anos Iniciais	De 5ª a 8ª Séries ou Anos Finais		
2000	4,7	3,7	0,4	1,5	1,2	0,6	0,9
2001	4,8	3,8	0,4	1,4	1,3	0,7	0,9
2002	4,8	3,8	0,4	1,7	1,3	0,5	1,0
2003	4,6	3,7	0,4	1,5	1,2	0,6	0,9
2004	4,5	3,7	0,4	1,5	1,3	0,5	0,8
2005	4,5	3,7	0,4	1,5	1,3	0,5	0,9
2006	5,0	4,1	0,4	1,6	1,5	0,6	0,8
2007	5,2	4,3	0,4	1,6	1,5	0,7	0,9
2008	5,4	4,5	0,4	1,7	1,7	0,8	0,9
2009	5,7	4,8	0,4	1,8	1,8	0,8	0,9
2010	5,8	4,9	0,4	1,8	1,7	0,9	1,0
2011	6,1	5,0	0,5	1,8	1,7	1,1	1,1
2012	6,4	5,3	0,6	1,8	1,7	1,2	1,1
2013	6,6	5,4	0,7	1,8	1,7	1,2	1,2

Fonte: Inep/MEC - Tabela elaborada pela Deed/Inep.

Notas:

- 1 - Utilizaram-se os seguintes grupos de Natureza de Despesa: Pessoal Ativo e Encargos Sociais (inclusive, a estimativa para complemento da aposentadoria futura do pessoal ativo), outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras;
- 2 - Estão computados nos cálculos os recursos para bolsa de estudo, financiamento estudantil e a modalidade de aplicação: Transferências Correntes e de Capital ao Setor Privado;
- 3 - Não se incluem nestas informações as seguintes despesas: aposentadorias e reformas, pensões, juros e encargos da dívida, e amortizações da dívida da área educacional;
- 4 - Os investimentos em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena foram distribuídos na Educação Infantil, no Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais e no Ensino Médio, dependendo do nível de ensino ao qual fazem referência. No Ensino Médio estão computados os valores da Educação Profissional (concomitante, subsequente e integrado);
- 5 - A Educação Superior corresponde aos cursos superiores em Tecnologia, demais cursos de Graduação (Presencial e a distância) (exceto cursos sequenciais) e cursos de pós-graduação Stricto Sensu - Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado (excetuando-se as especializações Lato Sensu);
- 6 - Estes dados referem-se aos investimentos em educação consolidados do Governo Federal, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios;
- 7 - Para os anos de 2000 a 2003, estão contabilizados na área educacional, os valores despendidos pelo Governo Federal para o Programa Bolsa-Escola;
- 8 - Nos dados enviados para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) nos anos anteriores a 2004, não estão alocados os valores do complemento para a aposentadoria futura do pessoal ativo;
- 9 - Entre os anos de 2000 e 2005: para os dados estaduais, foi utilizada como fonte de informações, um trabalho técnico realizado pelo Inep diretamente dos balanços financeiros de cada estado; para os dados municipais do mesmo período, utilizou-se uma metodologia baseada no percentual mínimo de aplicação de cada município, definido pela legislação vigente;
- 10 - A partir de 2006, utilizaram-se como fontes de dados estaduais e municipais, o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação - Siope -, administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;
- 11 - Os dados da União foram coletados do Sistema Integrado de Administração Financeira - Siafi/STN - para todos os anos;
- 12 - Para o cálculo dos valores de Investimentos Públicos em Educação, utilizaram-se as seguintes fontes de dados primários:
  - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep/MEC;
  - Secretaria do Tesouro Nacional (STN);
  - FNDE;
  - Balanço Geral dos Estados e do Distrito Federal;
  - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes);
  - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);
  - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
  - Caixa Econômica Federal (CEF);
  - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

### c) Metas e Estratégias

**META 19:** assegurar condições, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

### ESTRATÉGIAS

**19.1** Estimular a constituição de conselhos escolares e o fortalecimento do conselho municipal de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional,



inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

**19.2** Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis (organização estudantil), associações de pais e associações de profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares e comunidade escolar, por meio das respectivas representações, despertando a consciência social, política e cidadã.

**19.3** Qualificar o Fórum Permanente de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, bem como efetuar o acompanhamento da execução do plano municipal de educação, estabelecendo um ciclo sistemático de políticas educacionais articuladas;

**19.4** Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, propiciando a participação dos pais na avaliação institucional de docentes e gestores escolares;

**19.5** Estimular e fortalecer programas de formação de diretores e gestores escolares a fim de qualificar a dimensão pedagógica, administrativa e financeira, mediante plano anual de aplicação dos recursos financeiros na gestão da escola;

**19.6** Promover a gestão da educação pública por meios e métodos que não estejam baseados na introdução da lógica dos negócios e de mercado nos assuntos educacionais, mas afirmando sua especificidade na formação integral do cidadão;

**19.7** Assessorar as instituições públicas e privadas de ensino, buscando a qualidade social da educação fundamentada na concepção de educação como direito de todos, formação integral e cidadã definida neste Plano de Educação;

**19.8** Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional;

**19.9** Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;

**19.10** Aderir e qualificar os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados o bom desempenho de suas funções;

**19.11** Fortalecer o regime de colaboração entre os ente federados e a sociedade civil;

**META 20:** assegurar investimentos públicos em educação pública conforme índices constitucionais e contribuindo para atingir meta do PNE que prevê o patamar mínimo de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência do PNE e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

## **ESTRATÉGIAS**

**20.1** Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional;

**20.2** Garantir os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição Federal.

**20.3** Fortalecer e aprimorar os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, com a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre os entes federados;

**20.4** Acompanhar, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, os estudos dos investimentos e custos por aluno da educação básica, em todas as suas etapas e modalidades;

**20.5** Assegurar investimentos nos parâmetros de financiamento do Custo Aluno Qualidade - CAQ, instituído pelo MEC, para todas as etapas e modalidades da educação básica, requerendo da UNIAO complementação sempre que os índices não forem alcançados no município, conforme valores estabelecidos no RS;

**20.6** Fortalecer o regime de colaboração e cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

**20.7** Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação, possibilitando que os conselhos municipais da área da educação possam exercer sua função de fiscalização e de controle social na aplicação adequada dos recursos;

**20.8** Aderir e proporcionar programas de formação para os profissionais da educação sobre a aplicabilidade dos recursos destinados a educação;

**20.9** Elaborar no prazo de vigência do PME, em regime de colaboração entre os entes federados, plano de investimentos relativos aos percentuais do PIB do município, com objetivo de aportar os recursos necessários para a composição da meta nacional;

**20.10** Mobilizar os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, os sindicatos, as organizações não-governamentais e a população em geral para exercerem a fiscalização necessária para o cumprimento das metas estabelecidas neste PME, bem como na aplicabilidade dos recursos destinados a educação.

## **10 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO**

O Plano Municipal de Educação, mantendo o princípio da participação democrática, é um documento que prevê a definição de metas e estratégias educacionais de Nova Ramada para o decênio 2015 a 2025.

Um plano com a importância do Plano Municipal de Educação tem que prever mecanismos de acompanhamento e avaliação que lhe deem segurança no prosseguimento das ações ao longo do tempo e nas diversas circunstâncias em que se desenvolverá. Adaptações e medidas corretivas conforme a realidade for mudando ou assim que novas exigências forem aparecendo, dependerão de um bom acompanhamento e de uma constante avaliação de percurso.

Neste acompanhamento desempenharão um papel essencial, para o cumprimento dos objetivos e metas e conseqüentemente, a elevação da qualidade de ensino no nosso município, os Conselhos Municipais, bem como as Escolas Municipais e Estaduais. Considera-se igualmente importante a participação de entidades da comunidade educacional, dos trabalhadores da educação, dos estudantes e dos pais reunidos nas suas entidades representativas. É necessário que algumas entidades da sociedade civil, diretamente interessadas e responsáveis pelos direitos da criança e do adolescente participem do acompanhamento e da avaliação do Plano Municipal de Educação.

A avaliação do Plano Municipal de Educação deve ser contínua e deverá valer-se também dos dados e análises de dados qualitativos e quantitativos, fornecidos pelo sistema municipal, estadual e nacional de educação, bem como os dados fornecidos pelo Censo Escolar do INEP, pelos dados do IBGE e avaliações externas que produzem indicadores, como é o caso do SAEB – Sistema Avaliação da Educação Básica e ENEM, entre outras que serão analisadas e servirão para indicar a necessidade do replanejamento e avaliação do Plano.

Os objetivos e as metas desse Plano somente poderão ser alcançados se ele for concebido e acolhido como Plano do Município, por isso, assumido como um compromisso da sociedade para consigo mesmo. Sua aprovação pela Câmara Municipal de Vereadores num contexto de participação social, o acompanhamento e avaliação pelas instituições organizadas e a conseqüente complementação das metas propostas nesse Plano, são fatores decisivos para que a educação obtenha avanços e atinja resultados cada vez mais positivos.

A partir da aprovação do presente PME, serão realizadas, ações estratégicas de acompanhamento e avaliação, tais como: seminários, encontros de educadores municipais, audiências públicas e conferências municipais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de educação e Fórum Municipal de Educação, divulgando também as deliberações.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo manterá atualizado o diagnóstico educacional do Município e, juntamente com o Conselho Municipal de Educação chamará reunião do Fórum Municipal de Educação ao final do 5º (quinto) e do 9º (nono) ano de vigência deste Plano, com o objetivo de promover o balanço dos resultados alcançados e a consecução das metas previstas, para que a sociedade civil possa acompanhar a execução e a avaliação do PME, garantindo o princípio da participação e o exercício da democracia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de Outubro de 1988.
2. \_\_\_\_\_. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.
3. \_\_\_\_\_. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.
4. \_\_\_\_\_. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.
5. \_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
6. \_\_\_\_\_. MEC. Referencial Curricular para a Educação Infantil, 1998.
7. \_\_\_\_\_. MEC. Referencial Curricular para o Ensino Fundamental, 1997.
8. \_\_\_\_\_. MEC. Referencial Curricular para o Ensino Médio, 2013.
9. \_\_\_\_\_. MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais, 1997.
10. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990.
11. NOVA RAMADA. Lei Complementar nº 60, de 18 de maio de 2015.
12. NOVA RAMADA. Lei Orgânica
13. UNICEF. Manual de Orientação Pedagógica, Módulo 1, Brasília, 2012.
14. [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)
15. [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br)
16. <http://www.educacenso.inep.gov.br>
17. <http://www.inep.gov.br/>
18. <http://pne.mec.gov.br/>
19. <http://www.todospelaeducacao.org.br/>
20. <http://www.observatoriodopne.org.br/>
21. <http://www.convivaeducacao.org.br/>
22. <http://www1.tce.rs.gov.br>
23. <http://www.mprs.mp.br>
24. <http://www.atlasbrasil.org.br>